

ENERGIA NOS MANTÉM SEMPRE LIGADOS. INCLUSIVE AO MEIO AMBIENTE.

Iniciamos a operação de Teles Pires, a 9ª maior hidrelétrica do país

Ultrapassamos 10,6 milhões de clientes

Ampliamos o uso de energia sustentável em Fernando de Noronha

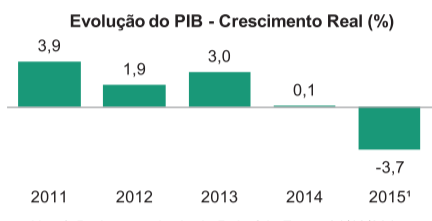
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO DE OUTRA FORMA)

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

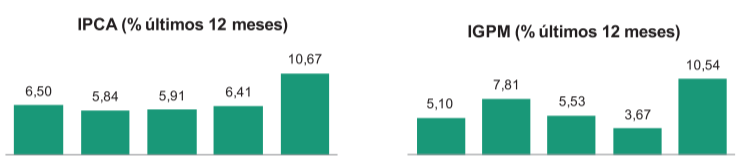
Prezados Acionistas, Em 2015, a Coelba somou investimentos de R\$ 968 milhões, um crescimento de 3,3% em relação a 2014. Este valor reflete nosso compromisso com a qualidade no fornecimento de energia elétrica e o atendimento aos consumidores. Construímos cinco novas subestações digitais, sendo duas na Região Metropolitana, uma no Centro e duas na Região Oeste e ampliamos outras 12 nas diversas regiões do estado totalizando um acréscimo em potência instalada de 300,15 MVA, com a melhoria no fornecimento a mais de 286 mil clientes. Foram incorporados 288 km de novos alimentadores e adicionados 423 equipamentos telecomandados. A Coelba ultrapassou a marca de 5,7 milhões de unidades consumidoras, com aumento de 2,9% em relação ao ano anterior. A energia distribuída cresceu 2,7% em relação a 2014, totalizando 18.871 GWh. Quanto ao Índice de Perdas, a empresa registrou patamar estável em relação a 2014. O plano contínuo de combate às perdas na Coelba consumiu recursos da ordem de R\$ 109 milhões em 2015. Em 2015 enfrentamos um complexo cenário econômico e de escassez hídrica, o que contribuiu para o aumento dos custos de compra de energia, pressionando a caixa da empresa. Mesmo diante deste cenário nosso EBITDA foi de R\$ 1,1 bilhão, mantendo-se no mesmo patamar de 2014. O Lucro Líquido Consolidado foi de R\$ 386 milhões, 15,9% menor do que o do ano anterior, impactado, principalmente, pela elevação da taxa de juros e maior endividamento. Em linha com a nossa política socioambiental, desenvolvemos uma série de ações ao longo de 2015, entre as quais se destacam as parcerias com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com o Instituto Ayrton Senna. O foco em educação, cultura e fortalecimento da cidadania é nosso pilar para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva e sustentável. Todas essas conquistas foram construídas com o talento e o esforço de nossa força de trabalho. Na Coelba, são mais de 2,6 mil colaboradores engajados em garantir a segurança e a qualidade em um serviço essencial para a vida das pessoas. Ao apresentar os resultados de 2015, a Coelba reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2016, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

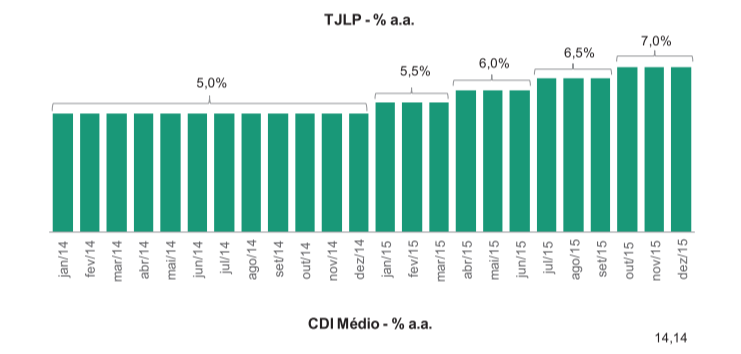
O ano de 2015 foi marcado pela recessão da economia brasileira e deterioração dos indicadores econômicos, consequência dos desequilíbrios acumulados no ciclo de expansão dos anos anteriores e da crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia.



Esse cenário refletiu-se no setor elétrico com a redução do consumo de energia. Comparando o consumo acumulado até novembro de 2015 com o mesmo período do ano anterior, o Nordeste apresentou retração de 2,9% e o Brasil de 4,4%, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Abaixo serão listados os principais indicadores econômicos que afetam a operação da Companhia. O primeiro grupo compreende os indicadores de inflação, o IPCA e IGPM, que são utilizados como correção de preços e serviços. Estes sofreram um significativo aumento em relação ao ano de 2014, conforme apresentado nos gráficos a seguir.



O segundo grupo compreende, a TJLP e CDI, estes indicadores são os principais indexadores da dívida da Companhia. Abaixo é possível observar a evolução desses índices.

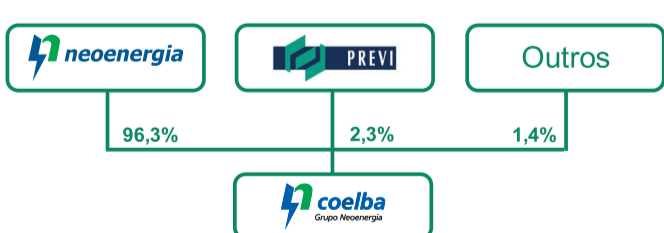


As expectativas do Banco Central para 2016, de acordo com o Relatório Focuz, é que o PIB apresente uma retração de 2,99% em relação ao de 2015. Quanto aos indicadores econômicos é esperado que a inflação permaneça em patamares elevados, visto, a projeção de 6,93% e 6,58 % a.a. para o IPCA e IGPM respectivamente. Este panorama indica que a taxa de juros pode continuar sendo elevada para contenção da inflação. Portanto, o cenário de recessão econômica iniciado em 2015 é esperado para o ano de 2016.

3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A COELBA foi constituída em 1959, como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado da Bahia, tendo obtido em 1960, autorização do Governo Federal, por meio do Decreto 48.161/60, para funcionar como concessionária de energia elétrica. A COELBA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 08 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002. Em julho de 1994, a COELBA tornou-se companhia aberta, inscrita sob o Código CVM nº 01452-4. A COELBA foi privatizada, em 31 de julho de 1997, mediante leilão de privatização realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro, tendo sido adquirida pelo consórcio formado pela Neoenergia (nova denominação da Guarani S.A.), Iberdrola, Previ e Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Brasil. No dia 08 de agosto de 1997, a COELBA celebrou com a União Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE (antecessor da ANEEL), o Contrato de Concessão, por meio do qual a Emissora adquiriu o direito de explorar o serviço de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia pelo prazo de 30 anos, assumindo a Neoenergia a posição de sua controladora. Em 2005, a COELBA, em cumprimento a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 306, de 05 de setembro de 2005, deu início ao processo de desverticalização da Companhia, visando concentrar-se exclusivamente em sua atividade fim, que consistiu em segregar as atividades e transferir os ativos e passivos relacionados à transmissão e geração de energia para a AFLENTE além de transferir as participações acionárias na COSERN e na "off shore" Garter Properties Inc. para a NEOENERGIA S/A. Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de compra, pela Neoenergia, da participação que a Iberdrola detinha da Coelba, 8,5 %, ficando a composição acionária da Coelba conforme esquema abaixo.

Composição acionária da COELBA



4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de Comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. 3.1. Estrutura de Governança - Conselho de Administração: É integrado por seis representantes, sendo cinco representantes dos acionistas e um dos empregados, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Entre os titulares, um é indicado pela Iberdrola, um pelo Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), um pelo Banco do Brasil - Banco de Investimentos - BBFI, dois pela Neoenergia e um eleito pelos empregados. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da companhia, bem como discutir os assuntos que merecem atenção. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros. Conselho Fiscal: com função independente o Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de um ano, sendo três deles representantes dos acionistas controladores e um representante dos acionistas preferencialistas não controladores. O Conselho Fiscal tem como objetivo garantir o exercício do direito dos acionistas de fiscalizar a gestão dos negócios e sua função fiscalizadora independente é reforçada pela atuação individual dos conselheiros prevista em lei. Diretoria: É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por seis membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia. Comitês: O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração e Sucessão. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte

das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais e o Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestralmente, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário. 3.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos e JSCP: A COELBA possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido após constituição de 5% de reserva legal. Além disso, no Estatuto Social da Companhia está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A distribuição de dividendos intermediários ou intercalares é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração. O Estatuto Social da COELBA menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorização a legislação aplicável. Em 2015, foram declarados R\$ 38,6 milhões referente a juros sobre capital próprio e R\$ 41,6 milhões relativos a Dividendos, como remuneração total aos acionistas. 3.3. Relações com Investidores: No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a COELBA adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa. A COELBA disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, "e-mail" (ri@neoenergia.com), no "site" www.coelba.com.br - "link" RI e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais arquivados na Bovespa e CVM. 3.4. Integridade e Ética: A COELBA tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética. Para atingir esse propósito o Grupo Neoenergia iniciou a implantação de um programa de integridade, aderente à legislação anticorrupção brasileira, que contempla todas as empresas do Grupo. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada em 2014, que é responsável pelo planejamento, concepção, execução, manutenção e avaliação do Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; planejar e revisão de Códigos de Conduta, Políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; e pela identificação, avaliação e mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo Neoenergia aos princípios da legalidade e de combate à corrupção. Além disso, o Grupo Neoenergia dispõe de comitês de ética, que são responsáveis pela disseminação de uma cultura ética por toda a organização, apoiando a Superintendência de Compliance em suas atribuições. Ao longo de 2015 merecem destaque as seguintes ações: i) aplicação de cláusulas anticorrupção nos contratos com todos os fornecedores; ii) elaboração do Código de Conduta Ética para fornecedores; iii) elaboração da Política Anticorrupção; iv) elaboração da Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens; v) implantação de um canal de consultas para colaboradores; vi) implantação de um canal externo para denúncias, garantindo o anonimato e a confidencialidade; vii) treinamento sobre princípios éticos e legislação anticorrupção com a liderança de todas as empresas do Grupo; viii) treinamentos sobre ética para os colaboradores via intranet.

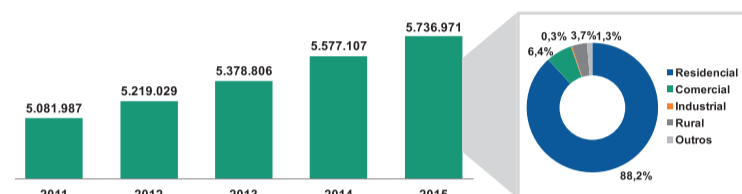
5. AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1. Cenários e Impactos: 4.1.1. Hidrologia. Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrologico desfavorável em geral do ano. Apesar da redução do valor máximo do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, estabelecido em R\$ 388,48/MWh a partir de janeiro de 2015, e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados durante o ano de 2015, a situação de déficit na alocação de energia GSF permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos. Em meados do mês de maio de 2015, o PLD descolou do valor teto estabelecido em R\$ 388,48/MWh, que passou a vigorar a partir de janeiro deste ano. Em outubro de 2015, as chuvas ficaram acima da média histórica apenas nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul. Já nas regiões Nordeste e Norte as chuvas continuaram abaixo da média para o período. É importante destacar que em 2015 houve retração da carga, influenciada pela crise econômica brasileira e pela elevação das tarifas de energia elétrica. No acumulado do ano, a carga do Sistema Interligado Nacional - SIN apresentou uma variação negativa de 1,8% em relação ao mesmo período anterior. Com base nesse aspecto e na recuperação dos reservatórios do Sul e Sudeste o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE declarou que o ano de 2015 foi encerrado com baixo risco de desabastecimento de energia, tendo como base avaliações de desempenho do sistema, utilizando-se o valor esperado das afluências e o histórico de anos semelhantes. O CMSE informou ainda que o Brasil conta com uma sobra estrutural para atender o consumo, sendo que em 2015, entraram em operação 5.170 MW do total de 6.410 MW de capacidade de geração previstos. 4.1.2. Nível Contratual das Distribuidoras: Em 23 de junho de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182 de 3 de novembro de 2015, que prorrogou até fevereiro/2017 os contratos dos clientes eletrointensivos (grandes indústrias que detinham contrato com a CHESF vencendo em junho de 2015) e também possibilitou a celebração de contratos de suprimento de energia entre FURNAS e consumidores finais, o que contribuiu para a redução da cobertura contratual das distribuidoras no ano de 2015. Esta medida determinou a transferência de cotas das distribuidoras para as concessionárias geradoras de serviço público que atenderam os contratos celebrados com os eletrointensivos, o que ocasionou tanto a frustração do ingresso de novas cotas como a redução do montante de cotas existentes no segundo semestre de 2015. Dessa forma, nesse período, as distribuidoras do Brasil tiveram uma menor disponibilidade de cotas para atendimento de sua demanda no montante de 484 MW médios. Embora a Medida Provisória nº 677/2015 tenha contribuído para a redução da cobertura contratual das distribuidoras no ano, verificou-se a situação de sobrecontratação que atingiu, de forma geral, as distribuidoras em 2015, situação oposta àquela vivenciada nos anos anteriores. A COELBA encerrou o ano de 2015 com uma sobrecontratação de 5,65%, o que representa 132,62MW médios de sobra contratual. No entanto, em função de decisões liminares obtidas por alguns geradores o nível efetivo de sobrecontratação foi de 2,40%. 4.1.3. Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo: A partir de agosto de 2015 diversos geradores obtiveram liminares que os isentavam de arcar com os custos decorrentes do baixo GSF. Na ocasião, a CCEE imputou os ônus da medida aos demais participantes do MRE, impactando os agentes que, embora também sofressem os efeitos do GSF, ainda não estavam protegidos pela decisão judicial. Essa medida atingiu também as concessionárias de distribuição uma vez que elas participam do MRE na condição de agentes cotistas das usinas com concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Em função da grande quantidade de liminares obtidas na sequência, seja para isentar o gerador dos custos relativos ao baixo GSF ou para proteger o agente de arcar com os custos das inadimplências a serem rateadas com os demais participantes credores do Mercado de Curto Prazo - MCP, a ANEEL determinou a suspensão das liquidações financeiras até que fossem concluídos os trâmites para repactuação do risco hidrologico de geração hidrelétrica, cujas diretrizes foram estabelecidas por meio da Medida Provisória nº 688/2015 publicada em agosto, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.203/2015. O acordo previu o repasse do risco hidrologico do gerador para o consumidor, da parcela da usina que esteja contratada no ACR, sob a contra partida do agente de geração pagar um prêmio de risco destinado a modular a tarifa. Os geradores terão direito ainda de serem ressarcidos pelo resultado do deslocamento da geração, ou seja, pelos custos incorridos em decorrência dos efeitos do baixo GSF durante todo o ano de 2015, por meio da postergação de pagamento do prêmio. Porém, uma das condições para que o acordo seja assinado é a desistência das ações judiciais nas quais requerem a isenção ou mitigação do risco hidrologico relacionado ao MRE. Portanto, a partir de setembro de 2015 a liquidação financeira do MCP ficou paralisada uma vez que os valores arrecadados pelos agentes devedores foram insuficientes para atender as liminares. Em dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684/2015 que estabeleceu os critérios para anulação e as demais condições para repactuação do risco hidrologico por agentes participantes do MRE. Na resolução foi definido o prazo até 15 de janeiro de 2016 para o gerador assinar o termo de repactuação. O ano de 2015 foi encerrado com as liquidações financeiras do MCP paralisadas em função dos desdobramentos judiciais, atrelados ao impacto financeiro decorrente dos riscos hidrologicos assumidos pelos agentes de geração participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE sempre que ocorre deslocamento da geração hidráulica que, em função de baixa hidrologia exige o despacho das usinas térmicas. Esse deslocamento da geração hidráulica é medido pelo indicador conhecido como Generation Scaling Factor - GSF. Em 21 de dezembro de 2015, a Neoenergia solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrologico e, em 28 de dezembro comunicou ao Mercado sua intenção em repactuar o risco hidrologico de suas usinas, com exceção da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, PCH Sitio Grande e UHE Presidente Goulart. As duas primeiras não aderiram à repactuação pois não foram impactadas pelos efeitos do GSF no ano de 2015. A PCH Sitio Grande tem sua energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre e a repactuação do risco hidrologico nos termos apresentados não mostrou-se favorável, já a UHE Presidente Goulart não foi impactada por não pertencer ao MRE no ano de 2015. Após a manifestação do Grupo Neoenergia, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio dos Despachos nº 035/2016, nº 036/2016 e nº 037/2016. 4.2. Tarifas: 4.2.1. Revisão Tarifária Extraordinária - RTE: A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da COELBA através da Resolução Homologatória nº 1.858/15 com reajuste tarifário médio de 5,36% com vigência a partir de 02 de março de 2015. 4.2.2. Reajuste Tarifário Anual - IRT 2015: A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.878 de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2015, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da COELBA, em 21,58%, dos quais 16,01% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 5,57% aos componentes financeiros pertinentes. Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 11,43%. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2015 com vigência até 21 de abril de 2016. 4.2.3. CDE-Encargos: Através da Resolução Homologatória nº 1.857/2015, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE para o ano de 2015, o qual foi devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da COELBA. 4.3. Bandeiras Tarifárias: 4.3.1. Valores das Bandeiras Tarifárias: A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia passaram a ser faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este sistema tem como finalidade indicar para os consumidores se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, e visa cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, ESS e o risco hidrologico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores a serem acrescidos pelas bandeiras amarelas e vermelhas eram R\$15/MWh e R\$30/MWh. A partir de 2 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015 foram atualizados para R\$25/MWh e R\$55/MWh, respectivamente, e a partir de 01 de setembro de 2015 foi mantido o valor de R\$25/MWh para a bandeira amarela e atualizado para R\$45/MWh o valor da bandeira vermelha. No entanto, durante todo o ano de 2015, perdeu o regime de bandeira vermelha. 4.3.2. Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias: O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRTB, administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os agentes de distribuição passaram a assumir posição credora ou devedora junto a referida conta centralizadora a depender da diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente são apurados: o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e, além disso, é fixado o valor líquido a ser repassado para a distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. Ao longo de 2015 a COELBA passou a receber antecipadamente Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros via aplicação das Bandeiras Tarifárias, sendo R\$ 736,04 milhões recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensadas pelo pagamento à CCRTB no montante de R\$ 80,26 milhões. 4.4. Ressarcimento CONTA-ACR (Decreto nº 8.221/14): Em 1º de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/14 garantindo às distribuidoras o direito de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica adquirida através de contratos por disponibilidade, além daquela adquirida no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto definiu que caberia à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contratar as operações de crédito destinadas a cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Ainda o mesmo decreto determinou que a ANEEL deveria homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente. No entanto, conforme Despachos nº 048/15 e 182/15, a ANEEL deferiu as liquidações de novembro e dezembro de 2014, em função da insuficiência de recursos disponíveis na CONTA-ACR e da necessidade de busca de solução através de novo empréstimo por meio da CCEE. Dessa forma, no encerramento contábil do exercício de 2014, ficaram pendentes e incertos os repasses de recursos às distribuidoras dos custos incorridos acima da cobertura tarifária com as exposições involuntárias e geração térmica dos meses de novembro e dezembro de 2014, portanto, permanecendo registrados tais valores como ativos financeiros setoriais (CVA). Em

março de 2015, após a realização de novo empréstimo pela CCEE, por meio do Despacho nº 773/15, a ANEEL homologou repasses da CONTA-ACR relativos a novembro e dezembro de 2014 no montante total de R\$ 247,18 milhões. A CCEE liquidou esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato. 4.5. Ouvidoria: A Ouvidoria é mais um canal de relacionamento da Distribuidora criado, especialmente, para prestar informações, registrar e dar tratamento às sugestões, aos elogios, às denúncias e às reclamações de clientes, que não foram solucionadas pelos canais de atendimento. Através dessas manifestações, a Ouvidoria atua junto às áreas para orientar quanto ao fiel cumprimento da regulamentação do setor elétrico, visando eliminar os riscos regulatórios. O principal desafio da Ouvidoria é resgatar a satisfação do cliente. Em 2015, a Ouvidoria da COELBA recebeu 36.259 manifestações, das quais 11,28% foram reclamações de consumidores insatisfeitos com os serviços prestados pela distribuidora. Os processos mais reclamados foram: variação de consumo, faturas e ligação nova com extensão de rede (prazo) com 21%, 14% e 13% do total de reclamações procedentes, respectivamente. A ANEEL, após realização de estudos, concluiu que em média, apenas 7% das reclamações registradas naquela Agência Reguladora seguem o fluxo adequado, não permitindo, nos demais casos, que as distribuidoras do grupo Neoenergia tratassem a insatisfação do consumidor antes do conhecimento da ANEEL. Para corrigir esse fluxo, desde janeiro de 2015, foi implantado um novo procedimento no tratamento das reclamações encaminhadas pelos consumidores para aquela Agência Reguladora, que foi denominado "Caminho do Entendimento". Esse procedimento visa direcionar o consumidor para o canal adequado de atendimento, ou seja, mesmo o consumidor registrando uma reclamação junto a Agência Reguladora é dado oportunidade à distribuidora de buscar atender a expectativa do cliente no momento em que esta reclamação passa a ser tratada pelo fluxo correto. Caso o cliente não fique satisfeito poderá recorrer a Ouvidoria da distribuidora e/ou a ANEEL, respectivamente, desde que siga este fluxo. A implantação desse processo foi um grande desafio para a Ouvidoria no ano de 2015. A oportunidade de solucionar as reclamações dos consumidores, possibilitando a geração de credibilidade da imagem da empresa junto aos clientes e consequentemente à melhoria dos processos internos com base nas reclamações recebidas, representa um ganho para a distribuidora, o que ocasiona o fortalecimento da qualidade dos serviços oferecidos.

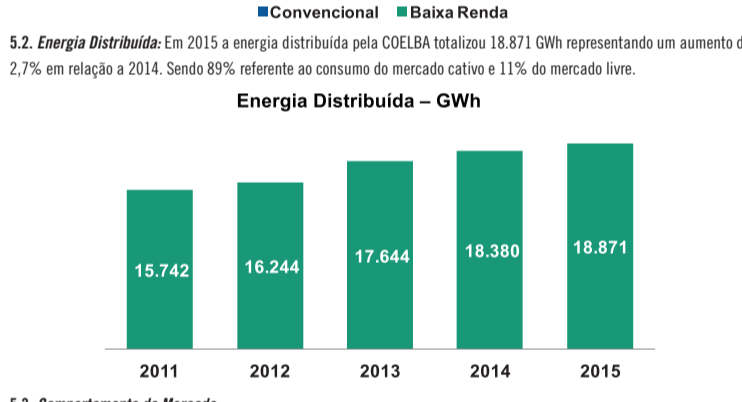
6. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

6.1. Número de Consumidores Ativos: Em 2015, a COELBA alcançou o patamar de 5.736.971 consumidores ativos, registrando crescimento de 2,87%, representando incremento de 159.864 novos clientes, em relação ao ano anterior. Este resultado encontra-se dentro da média de crescimento dos últimos anos, acompanhando a evolução do número de domicílios.



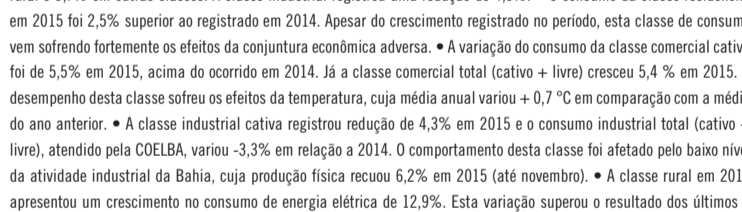
6.1.1. Número de Consumidores Baixa Renda: Considerando os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 414/2010, que define o conceito de consumidores de baixa renda, estes correspondem a 24,06% do total de consumidores residenciais da COELBA enquanto que os consumidores residenciais normais representam 75,94%. A Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as regras incidentes sobre a tarifa aplicável à Subclasse Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Em função desta Lei, a COELBA alcançou em dezembro de 2015 um total de 1.217.984 clientes cadastrados com a tarifa subsidiada.

Descrição	Evolução do número de consumidores Residenciais				
	2011	2012	2013	2014	2015
Convencional	3.039.964	2.694.017	2.744.433	2.853.201	3.843.639
Baixa Renda	1.436.967	1.905.740	2.000.300	2.073.848	1.217.984
Total	4.476.931	4.599.757	4.744.733	4.927.049	5.061.623



6.2. Energia Distribuída: Em 2015 a energia distribuída pela COELBA totalizou 18.871 GWh representando um aumento de 2,7% em relação a 2014. Sendo 89% referente ao consumo do mercado cativo e 11% do mercado livre.

Energia Distribuída - GWh



6.3. Comportamento do Mercado: A energia vendida pela COELBA em 2015 apresentou crescimento de 3,1% em relação a 2014, equivalente a 507 GWh, influenciado principalmente pelo crescimento de 2,5% na classe residencial, 5,5% na classe comercial, 12,9% na classe rural e 3,7% em outras classes. A classe industrial registrou uma redução de 4,3%. O consumo da classe residencial em 2015 foi 2,5% superior ao registrado em 2014. Apesar do crescimento registrado no período, esta classe de consumo vem sofrendo fortemente os efeitos da conjuntura econômica adversa. A variação do consumo da classe comercial cativa foi de 5,5% em 2015, acima do ocorrido em 2014. Já a classe comercial total (cativo + livre) cresceu 5,4% em 2015. O desempenho desta classe sofreu os efeitos da temperatura, cuja média anual variou +0,7°C em comparação com a média do ano anterior. A classe industrial cativa registrou redução de 4,3% em 2015 e o consumo industrial total (cativo + livre), atendido pela COELBA, variou -3,3% em relação a 2014. O comportamento desta classe foi afetado pelo baixo nível de atividade industrial da Bahia, cuja produção física recuou 6,2% em 2015 (até novembro). A classe rural em 2015 apresentou um crescimento no consumo de energia elétrica de 12,9%. Esta variação superou o resultado dos últimos 7 meses e é consequência de uma maior utilização de equipamentos para irrigação, devido à diminuição das chuvas em todo o Estado da Bahia. As outras classes, que representam 15,3% do mercado cativo, apresentaram um crescimento de 3,7% em 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Destaca-se neste segmento a subclasse Iluminação pública que cresceu 6,8%, reflexo do trabalho de recadastramento de pontos de iluminação em vários municípios. O quadro a seguir demonstra a composição da Receita com Fornecimento de Energia e do Volume da Energia Vendida pela COELBA por classe.

Classe	2013		2014		2015		Variação 2014/2015		Participação 2015	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
	Residencial	2.388	6.131	2.602	6.513	3.651	6.673	40,3%	2,5%	45,4%
Industrial	676	2.585	788	2.675	1.060	2.560	34,5%	-4,3%	13,2%	15,2%
Comercial	1.282	3.018	1.409	3.157	1.959	3.331	39,0%	5,5%	24,4%	19,8%
Rural	263	1.470	304	1.513	503	1.709	65,5%	12,9%	6,3%	10,1%
Outros¹	579	2.414	630	2.478	866	2.569	37,4%	3,7%	10,8%	15,2%
Subtotal	5.188	15.619	5.733	16.335	8.040	16.842	40,2%	3,1%	100,0%	99,9%
Consumo Próprio	15	15	16	16	16	16	0,6%	-	0,1%	-
Total	5.188	15.634	5.733	16.351	8.040	16.858	40,2%	3,1%	100,0%	100,0%

Total: 1 corresponde ao Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos

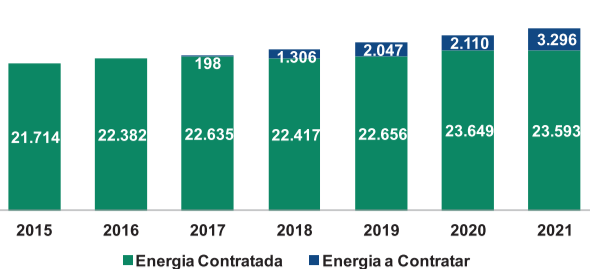
6.4. Balanço Energético: Em 2015 a energia injetada pela COELBA apresentou crescimento de 2,7% equivalente a 588 GWh em relação a 2014.

Contratos		Mercado Próprio		Mercado Livre		Perda Distribuição		Perda Rede Básica		Sobras		Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Outros	
2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	%	2015	%	2015	%	2015	%	2015	%
21.714.096	19.261.113	16.857.991	16.351.162	2.013.415	2.028.774	3.321.425	3.154.545	372.899	251.617	1.161.781	496.212	6.673.304	39,59%	2.559.564	15,18%	3.157.257	19,31%	1.708.844	10,14%	2.584.961	15,33%
		75,76%	75,48%	9,05%	9,37%	14,93%	14,56%	0,27%	0,59%	18,25%	18,58%	39,83%		16,36%				10,14%		15,25%	

Na Companhia a energia injetada atingiu o patamar de 22.252 GWh em 2015. Do total da energia injetada, 75,76% (16.858 GWh) foi destinada ao consumo do mercado regulado, 9,05 (2.013 GWh) para o consumo do mercado livre, 0,27% (59 GWh) para suprimento a outras distribuidoras e 14,93% (3.322 GWh) representaram perdas na energia injetada. 6.5. Energia Contratada: A energia contratada para atender ao mercado da COELBA em 2015, totalizou 21.714 GWh, o que representa um acréscimo de 12,74% em relação a 2014. Este acréscimo foi decorrente do início de vigência dos contratos de leilões dos quais a empresa participou em anos anteriores. A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R\$ 168,43/MWh, -13,14% abaixo do realizado no ano anterior que foi de R\$ 193,90/MWh para o mesmo período, levando-se em consideração a queda nos custos variáveis. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão. Em 2015 a COELBA teve uma sobra contratual de 5,65%, decorrente do crescimento do mercado abaixo do previsto e do aumento contratual acima citado. Esta sob

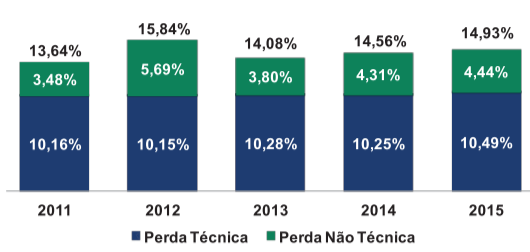
a sobra contratual de 5,65% de Coelba em 2015 teve um nível efetivo de sobrecontratação de 2,40%. No gráfico a seguir apresentamos a posição em 31/12/2015 da energia contratada para o mercado da COELBA no período de 2015 a 2021.

Energia Contratada de 2015 a 2021 – GWh



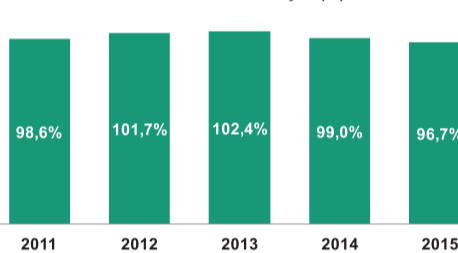
5.6. Índice de Perdas: As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nesta parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto, os furtos de energia, defeito em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc. As perdas de energia são acompanhadas pela COELBA através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos os índices da COELBA.

Índice de Perdas (%)



O Índice de Perdas apresentou elevação em relação ao ano anterior, passando de 14,56% para 14,93%, representando um acréscimo de 0,37 p.p. Este aumento foi causado pela elevação dos novos focos de perda, apesar da execução em sua totalidade das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Para a realização desse plano, foram aplicados cerca de R\$ 109,2 milhões em ações de combate às perdas, sendo as principais citadas abaixo: • Realização de 115 mil inspeções, sendo detectadas 32 mil irregularidades, tendo sido recuperados 104 GWh, o que corresponde a R\$ 36,92 milhões; • Regularização de 18 mil ligações clandestinas no projeto Varredura, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos; • Operação de blindagem em cerca de 34,5 mil consumidores do grupo B situados em comunidades populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes; • Operação de levantamento, atualização de cadastro e fiscalização de iluminação pública em mais de 525 mil pontos em todo estado, recuperando e agregando mais de 81 GWh no ano; e • Substituição de 70 mil medidores obsoletos e defeituosos. **5.7. Arrecadação:** O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a distribuidora. Em 2015, o IAR da COELBA apresentou queda de 2,23 p.p. em relação ao ano anterior. Este desempenho foi muito impactado pelos reajustes/incrementos que a tarifa sofreu ao longo do ano e pelo cenário econômico brasileiro. Tivemos incremento de 11,2% de faturamento relativo às bandeiras tarifárias, seguido por dois reajustes tarifários, a revisão extraordinária com aumento médio de 5,4% e o reajuste tarifário ordinário com aumento médio de 11,93%. Além disso, ao longo do ano tivemos o descadastramento de 1,2 milhão de clientes na Tarifa Social de Energia Elétrica para atender a Resolução Normativa 572 da ANEEL, elevando em até 4 vezes a fatura desses consumidores. Paralelamente, a conjuntura econômica no ano de 2015 apresentou aumento da taxa de desemprego, inflação e taxas de juros, potencializando o efeito da defasagem entre o faturamento e arrecadação, desfavorecendo assim este índice. A distribuidora revisa continuamente seus procedimentos a fim de aumentar sua receita e melhorar seus processos. Ações que se destacaram em 2015: • 790.234 suspensões de fornecimento de energia elétrica com aumento de 12,3% em relação a 2014. • 11.370.894 negativas com aumento de 18,9% em relação a 2014. • 14.403.613 acionamentos de SMS/URA com aumento de 1.914,8% em relação a 2014. • R\$ 202,11 milhões arrecadados pelas assessorias de cobrança com aumento de 63,3% em relação a 2014. • Redução de prazo dos parcelamentos para mitigar o risco de inadimplência e maximizar a arrecadação das parcelas.

Índice de Arrecadação (%)



5.8. Indicadores de Qualidade: A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem respectivamente a duração média das interrupções e a quantidade média de interrupções por consumidor. No ano de 2015 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC o valor de 24,78 horas e 22,72 horas em 2014. O FEC no valor de 8,82 interrupções e 7,81 em 2014. Em 2015, o indicador do FEC continuou apresentando desempenho enquadrado aos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL, como reflexo dos investimentos no sistema elétrico e melhoria das práticas de manutenção. Em contrapartida, impactados pelas intempéries registradas em várias regiões do estado da Bahia, principalmente, no primeiro semestre do ano, que sujeitou a rede elétrica a desligamentos simultâneos e territorialmente esparsos, o indicador de qualidade de DEC sofreu uma leve crescimento em relação ao apurado em 2014. Buscando compensar essas dificuldades e trazer melhores números aos indicadores de qualidade, a COELBA vem investindo regularmente no intuito de promover melhoria contínua dos indicadores operacionais de qualidade. Alguns números dimensionam o esforço da COELBA, já em 2015, no que tange a melhoria da qualidade da prestação do serviço no estado da BAHIA. As ações de manutenção e os investimentos realizados de forma mais intensa no segundo semestre de 2015 já mostraram um impacto positivo, pois ao se analisar o DEC de 2015 percebe-se que mesmo sendo maior que o de 2014, quando se faz a análise do segundo semestre, percebe-se que todos os meses de 2015 foram melhores que os mesmos meses de 2014. • Realização de podas de árvores em 9.768 km de Redes MT; • Mobilização de 74 equipes adicionais ao quadro existente para execução de serviços de manutenção emergencial; • Mobilização de 18 equipes adicionais de linha viva; • Mobilização de 22 equipes dedicadas à ajustes na proteção do sistema, bem como 15 equipes para inspeção da rede de distribuição; • Instalação de 315 equipamentos automatizados (chaves e religadores); • Instalação de 178 sensores em toda área de concessão; • Conclusão da construção de 3 subestações (SE Rio do Ouro, SE Itinga e SE Lobato); • Conclusão da construção de três linhas de subtransmissão, com um total de 57 km de linha construída.

DEC (horas) e FEC (vezes)



5.9. Atendimento aos Clientes: Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como: • **Agências** – Disposmos de uma rede de atendimento com 45 agências, sendo 10 na capital e 35 nas cidades pólo do Estado. Além destas, contamos com 15 agências móveis sendo que quatro delas na Regional de Metropolitana Salvador. Estas unidades móveis proporcionam um atendimento com maior comodidade aos clientes, pois leva os diversos serviços oferecidos pela COELBA até os bairros, como também reforçam a imagem da empresa estando presentes em diversas feiras, eventos comunitários e de meios de comunicação. • **Coelba Serviços** – A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios baianos). Nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada Coelba Serviços que finalizou o ano com 405 lojas que realizam atendimento comercial. Em 169 destas lojas dispomos de atendimento via internet utilizando o Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento online para os serviços mais procurados, dotando a rede de maior autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente. A Companhia também disponibiliza outros canais de atendimento como: Teleatendimento, Site, Serviço gratuito de SMS e Atendimento aos Clientes Corporativos. Esta rede confirma o esforço da COELBA em atender seus clientes de forma clara e eficiente. Desde 2000, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulga o Índice Anual de Satisfação do Consumidor (IASC), com o objetivo de avaliar, a partir da percepção dos usuários, o grau de satisfação com as distribuidoras de energia elétrica. O índice é composto de cinco variáveis: qualidade percebida, valor, satisfação, confiança e fidelidade. Cada variável é avaliada (de zero a 100 pontos) por meio de entrevistas com clientes nas áreas de concessão das 101 distribuidoras do país, com amostras de acordo com o porte de cada uma. Em 2015, o IASC da Coelba foi de 55,47%. Outro importante indicador de qualidade dos serviços das distribuidoras é o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), divulgado anualmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), também com base em entrevistas com consumidores. Em 2015, o ISQP de Coelba foi de 77,9%. **5.10. Programa Luz para Todos:** O Programa Luz para Todos – PLPT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 8.387, de 30 de janeiro de 2014, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para 2018. A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,8 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual. A COELBA, em 2015, através do Programa Luz para Todos, ligou 13.732 novos clientes, atingindo a marca de 562.662 ligações realizadas na Bahia desde a sua implantação em 2004, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O número de ligações efetuadas pela COELBA até 2015 está demonstrado a seguir.

Programa Luz para Todos

Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas em 2014	18.704
Ligações executadas em 2015	13.732
Total de Ligações Executadas	562.662

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2015	2014	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	10.075.550	7.624.646	32,14%
Receita Operacional Líquida	6.818.841	5.637.286	20,96%
EBITDA	1.177.260	1.182.564	-0,45%
Resultado do Serviço - EBIT	848.405	863.744	-1,78%
Resultado Financeiro	(335.051)	(351.473)	-4,67%
Lucro Líquido	386.295	459.267	-15,89%
Informações Patrimoniais (R\$ mil)	dez/15	dez/14	Variação (%)
Ativo Total	9.653.040	8.334.792	15,82%
Dívida Bruta	4.215.795	3.607.527	16,86%
Dívida Líquida ¹	3.251.132	3.392.656	-4,17%
Patrimônio Líquido	3.069.390	2.787.365	10,12%

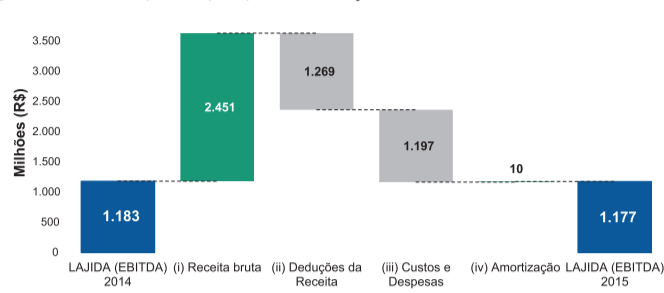
Indicadores Financeiros de Margem (%)	2015	2014	Variação
Margem EBITDA	17,26%	20,98%	-3,71 p.p.
Margem EBIT	12,44%	15,32%	-2,88 p.p.
Margem Líquida	5,67%	8,15%	-2,48 p.p.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/15	dez/14	Variação
Dívida Líquida/EBITDA ²	2,76	2,87	(0,11)
Índice de Endividamento ³	51,44%	54,90%	-3,46 p.p.

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. ² EBITDA 12 meses. ³ Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL. p.p. – Pontos Percentuais. Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **6.1. LAJIDA (EBITDA):** Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação da LAJIDA (EBITDA) – R\$ Mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido	386.295	459.267	(72.972)	-15,89%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	127.059	53.004	74.055	139,72%
Amortização	328.855	318.820	10.035	3,15%
Receitas Financeiras	(2.725.949)	(705.983)	(2.019.966)	286,12%
Despesas Financeiras	3.061.000	1.057.456	2.003.544	189,47%
LAJIDA (EBITDA)	1.177.260	1.182.564	(5.304)	-0,45%

A seguir destacamos as componentes que impactaram na redução do EBITDA do ano de 2015:



(i) A Receita Bruta da Companhia cresceu 32,14% no ano de 2015, em comparação ao ano de 2014, saindo de R\$ 7.625 milhões em 2014, para R\$ 10.075 milhões em 2015, gerando um impacto positivo no "EBITDA" da empresa de R\$ 2.451 milhões. No item 6.2.1 deste relatório será apresentado mais detalhes das justificativas dessa variação. (ii) Deduções da Receita Bruta aumentaram 63,87%, quando comparado o ano de 2015 com o ano de 2014. Isso representa uma variação de R\$ 1.269 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelos impactos dos repasses de recursos realizados por meio das cotas definidas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e da conta "Encargos do Consumidor – CCRBT" referentes aos repasses das Bandeiras Tarifárias. Os demais tributos e encargos variaram proporcionalmente em função do aumento da Receita Bruta. Para mais detalhes consultar o item 6.2.2. (iii) Os Custos e Despesas da Companhia tiveram um aumento de 25,07%, impactando o EBITDA da empresa negativamente em R\$ 1.197 milhões no ano de 2015 em comparação ao ano de 2014. Eles atingiram o montante de R\$ 5.970 milhões em 2015, contra R\$ 4.773 milhões em 2014. No item 6.2.3 deste relatório será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação. (iv) Aumento natural das amortizações dos ativos de concessão em função da entrada em operação dos novos ativos. Esses são decorrentes de investimentos realizados no período. As amortizações variaram 3,15%, saindo de R\$ 318,8 milhões em 2014 para R\$ 328,8 milhões em 2015.

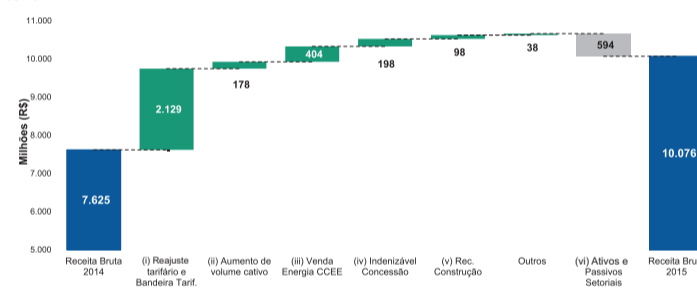
6.2. Resultado do Ano

Demonstração de Resultado – R\$ mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita Bruta	10.075.550	7.624.646	2.450.904	32,14%
Dedução da receita bruta	(3.256.709)	(1.987.360)	(1.269.349)	63,87%
Receita líquida	6.818.841	5.637.286	1.181.555	20,96%
Custos de bens e/ou serviços vendidos	(5.357.793)	(4.154.373)	(1.203.420)	28,97%
Resultado bruto	1.461.048	1.482.913	(21.865)	-1,47%
Despesas com vendas gerais e administrativas	(612.643)	(619.169)	6.526	-1,05%
Resultado do serviço	848.405	863.744	(15.339)	-1,78%
(-) Amortização	328.855	318.820	10.035	3,15%
EBITDA	1.177.260	1.182.564	(5.304)	-0,45%
Resultado Financeiro	(335.051)	(351.473)	16.422	-4,67%
Lucro antes dos impostos	513.354	512.271	1.083	0,21%
IRPJ e CSLL	(127.059)	(53.004)	(74.055)	139,72%
Lucro (Prejuízo) líquido	386.295	459.267	(72.972)	-15,89%

6.2.1. Receita Bruta: A Coelba apresentou no ano de 2015 uma Receita Bruta de R\$ 10.075.550 mil, um aumento de R\$ 2.450.904 mil quando comparado ao ano de 2014 que foi de R\$ 7.624.646 mil.

Receitas Operacionais – R\$ mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Fornecimento e Distribuição de energia elétrica	8.226.470	5.905.958	2.320.512	39,29%
Subvenção à tarifa social baixa renda	517.577	514.559	3.018	0,59%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	404.205	-	404.205	-
Valores a Receber da Parcela A e Outros Itens Financeiros	(114.488)	479.672	(594.160)	-123,87%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	649.990	552.095	97.895	17,73%
Valor justo ativo indenizável da concessão	244.323	45.937	198.386	431,87%
Multa Inadimplência	62.240	47.157	15.083	31,98%
Outras receitas	85.233	79.268	5.965	7,53%
Total	10.075.550	7.624.646	2.450.904	32,14%

A seguir destacamos as componentes que impactaram no aumento da Receita no ano de 2015 em comparação ao ano de 2014:



(i) Aumento na tarifa de venda, em decorrência do reajuste tarifário anual ocorrido a partir de abril/15 de 21,58%. Adicionalmente, houve o reajuste tarifário extraordinário com vigência a partir de 02 de março de 2015 com efeito médio de 5,36%. Também está contemplado nessa variação o impacto decorrente das Bandeiras Tarifárias que a partir de janeiro de 2015 começaram a incidir sobre o volume consumido. (ii) O crescimento médio observado do mercado cativo de 3,1% também contribuiu para o aumento da receita. Foram vendidos em 2015 o volume de 16.858 GW, contra um volume de 16.351 GW em 2014. O impacto desse aumento no consumo no resultado foi de R\$ 177.709 mil em 2015, na comparação com o ano de 2014. (iii) Aumento da receita no mercado de curto prazo - CCEE foi motivado pelas liquidações favoráveis nesse mercado. As liquidações foram decorrentes da sobra de energia oriunda das entradas em vigência de novos contratos de energia em 2015. O resultado atingiu o montante de R\$ 404.205 mil no ano de 2015, quando no ano anterior, não foi observada nenhuma sobra de energia para liquidação. (iv) Aumento de R\$ 198.386 mil observada na receita de valor justo de ativo indenizável de concessão da Companhia, comparando-se os anos de 2015 e 2014, quando foram de R\$ 244.323 mil e R\$ 45.937 mil, respectivamente. Essa variação foi ocasionada por uma combinação de fatores. O box índice de correção aplicado no ano de 2014, o IGP-M, que acumulou uma variação de 3,68%. Em 2015, a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015, aprovou a revisão dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BR), alterando o índice de atualização para IPCA (antes IGP-M). Decorrente disso, a empresa implementou os ajustes da alteração do índice nos cálculos de correção de sua indenização desde a última revisão, reconhecendo os efeitos em 2015. O IPCA acumulado em 2015 foi de 10,67%, bem superior ao índice aplicado em 2014. Os índices são utilizados para fins de atualização da base de remuneração que é um dos parâmetros para definição das estimativas de indenização. Para mais detalhes consultar Nota Explicativa número 12 das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, vale ressaltar que conforme Nota Explicativa número 4, em atendimento ao parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão e por entender que o retorno por indenização ao final do período de concessão faz parte do seu negócio de forma consistente com seu modelo de gestão, a Companhia concluiu que a parcela de remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão originalmente apresentado na rubrica de receita financeira no resultado financeiro, deve ser classificada no grupo de receitas operacionais junto com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. (v) Aumento de R\$ 97.895 mil na receita de construção. Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais. Esse aumento foi ocasionado pelos maiores gastos com investimento líquido observado na companhia no ano de 2015, quando comparado ao ano anterior. (vi) Efeito negativo do reconhecimento de valores recebidos antecipadamente por meio das Bandeiras Tarifárias para contrapor os montantes referentes à Parcela A e Outros Itens Financeiros com impacto direto nos Ativos e Passivos Setoriais da Companhia. No acumulado do ano de 2015, as amortizações dos ativos junto com as Bandeiras Tarifárias foram superiores aos montantes constituídos de novos ativos líquidos, ocasionando assim o reconhecimento de um redutor da receita no valor de R\$ 114.488 mil. Uma vez que no ano de 2014 houve o reconhecimento de um adicional de receita dessa natureza no montante de R\$ 479.672 mil, o impacto negativo líquido no resultado decorrente da comparação entre os anos de 2015 e 2014 foi de R\$ 594.160 mil.

6.2.2. Deduções da Receita

Deduções da Receita Bruta – R\$ mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
ICMS	(1.738.526)	(1.269.185)	(469.341)	36,98%
PIS	(145.444)	(113.911)	(31.533)	27,68%
COFINS	(670.070)	(525.262)	(144.808)	27,57%
ISS	(7.511)	(6.499)	(1.012)	15,57%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(546.782)	(17.863)	(528.919)	2960,98%
Encargos do Consumidor - CCRBT	(80.263)	-	(80.263)	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	(28.839)	(21.513)	(7.326)	34,05%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(11.536)	(8.605)	(2.931)	34,06%
FNDCT	(11.536)	(8.605)	(2.931)	34,06%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(10.43			

perdas comerciais e inadimplência, com medidores inteligentes instalados. A Companhia permite, remotamente, realizar o gerenciamento do consumo de energia, a correção da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas comerciais, fraudes e defeitos, a execução de cortes e religações à distância, bem como o faturamento automático dessas clientes, reduzindo significativamente o custo do processo. É também um investimento sustentável, pois ao diminuir os deslocamentos de equipes, contribui-se para reduzir a emissão de gases poluentes dos veículos que as transportam.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para a Coelba e está materializada na sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo". Com base nesse compromisso, em 2015 a empresa deu continuidade às ações voltadas para a satisfação dos clientes, de relacionamento com a comunidade, de promoção do uso seguro e eficiente da energia, de investimento em uma matriz energética renovável e de inovação em seus processos, produtos e serviços. As iniciativas são realizadas por meio de diversos programas e projetos, de forma a intensificar o relacionamento com as partes interessadas e alinhar as suas necessidades aos propósitos e valores da organização. Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Elaborado com a metodologia da *Global Reporting Initiative*, o documento abrange os aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, alinhando o crescimento econômico com o desenvolvimento social e a preservação ambiental. Em 2015, a Coelba renovou seus compromissos externos junto aos Dez Princípios do Pacto Global e da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Esses pactos reforçam uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social: Ao reconhecer que a educação é o maior instrumento de transformação da sociedade, a Coelba mantém parcerias na área de educação, cidadania e desenvolvimento social. Seguem os destaques de 2015. Na área de educação, a empresa apoia, desde 2006, o Instituto Ayrton Senna nos programas *Se liga e Acelera*. Esses programas buscam corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental, combater o analfabetismo e a evasão escolar de estudantes do 1º ao 5º ano de escolas públicas da cidade de Juazeiro. Os participantes são alfabetizados e/ou têm a oportunidade de corrigir a defasagem entre a cidade e a série cursada. Em 2015, os dois programas beneficiaram 841 alunos. Em 2015, a concessionária, em parceria com a Rede Educare, levou para cinco cidades do estado da Bahia (Simões Filho, Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro e Itabuna) o projeto Ecoteca – A Biblioteca Ecológica. A Ecoteca é um misto de biblioteca e cinema infanto-juvenil, construída com material reciclado e conta com um acervo de 300 livros de literatura geral, 100 filmes em formato DVD, estrutura completa para exibição de filmes e empréstimo de livros. Em cada município, a Ecoteca foi exibida em praça pública, onde os visitantes puderam conhecer a estrutura e ter acesso à programação de atividades lúdicas que abordaram os conceitos de segurança no uso da energia elétrica. Essas ações impactaram aproximadamente 30 mil pessoas. Aos finais de semana, a Ecoteca, com todo seu acervo, foi doada para uma escola municipal de cada uma das cinco cidades. O aporte para esse projeto foi de R\$ 332.528,00, sendo R\$ 66.505,60 através de recursos próprios e R\$ 266.022,40 por meio de recurso incentivado via Faz Cultura. Também mereceu destaque a Festa Literária Internacional de Cachoeira – Flica, um tradicional evento cultural do estado, realizado na cidade de Cachoeira. Pelo quinto ano consecutivo, a Coelba patrocinou o evento e apresentou, pelo terceiro ano, a Fiquinha. Como contrapartida, foram realizadas ações em praça pública com o foco no incentivo à leitura por meio da ação Clube da Leitura com Trocas de Livros, e ações voltadas para o uso seguro e eficiente da energia elétrica com os jogos Energia Legal e Roleta de Segurança, além da distribuição de cartilinas. A concessionária também levou para a Flica a Agência Móvel de Atendimento e o Caminhão Educativo da área de Eficiência Energética. As ações da Flica impactaram aproximadamente 10 mil pessoas. O aporte para esse projeto foi de R\$ 400 mil, sendo R\$ 80 mil através de recursos próprios e R\$ 320 mil por meio de recurso incentivado via Faz Cultura.

Eficiência Energética e Educação para o Consumo Consciente da Energia: Em 2015, a Coelba manteve o seu Programa de Eficiência Energética, desenvolvido com o objetivo de despertar no consumidor a consciência para o uso correto e eficiente da energia elétrica, com os seguintes projetos: • Doação de Geladeiras e Lâmpadas: o projeto visa reduzir o consumo de energia dos clientes e proporcionar o uso eficiente, e contempla clientes residenciais cadastrados na Tarifa Social de Energia, clientes residenciais moradores de comunidades de baixo poder aquisitivo, instituições beneficentes e órgãos do Poder Público. A empresa substituiu, na capital e interior do estado, refrigeradores ineficientes por novos equipamentos, com Selo Procel, e doou lâmpadas eficientes, contribuindo, assim, para a redução do consumo de energia. Em 2015, foram doadas 5.807 geladeiras e 33.700 lâmpadas para clientes cadastrados na Tarifa Social de Energia, 1.724 geladeiras e 32.570 lâmpadas para clientes residentes em comunidades de baixo poder aquisitivo, 101 geladeiras e 513 lâmpadas para instituições beneficentes, e 77 geladeiras e 454 lâmpadas para instituições do Poder Público. • Com o mesmo objetivo, a Coelba também realizou o projeto de venda subsidiada de refrigeradores para clientes cadastrados na Tarifa Social de Energia e moradores de comunidades populares de Salvador e interior da Bahia. Para a operacionalização deste projeto, a empresa ofereceu aos clientes bônus para a compra de equipamentos novos, com Selo Procel, em rede varejista parceira, e doou lâmpadas para os participantes. No total, foram concedidos 80 bônus por aquisição de geladeiras e doadas 15.201 lâmpadas. • Troca Econômica: o projeto incentiva a substituição de eletrodomésticos ineficientes, ou seja, com alto consumo de energia, por equipamentos novos, com Selo Procel, por meio de bônus para os consumidores residenciais. A Coelba concedeu bônus variando entre R\$ 285,00 e R\$ 585,00 para aquisição de geladeiras, freezers, lavadora de roupas e condicionadores de ar novos, eficientes, de menor ou igual capacidade em relação ao equipamento substituído. Ao participar, os clientes também receberam lâmpadas LED subsidiadas pelo projeto com o objetivo de contribuir, ainda mais, para a redução do consumo de energia. Foram concedidos 3.548 bônus para compra de equipamentos e 10.864 lâmpadas. • Educação com Energia: o projeto capacita educadores das redes pública e particular de ensino para que sejam multiplicadores dos conceitos básicos do uso eficiente e seguro da energia elétrica. O projeto utiliza a metodologia "Energia que Transforma", originada de contrato firmado entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e Fundação Roberto Marinho. O projeto conta ainda com o atendimento aos alunos na Unidade Móvel Educativa, montada num caminhão-báú customizado para se transformar em sala de aula itinerante, que ministra palestras educativas por todo o estado sobre conservação de energia, eficiência energética, meio ambiente e segurança no uso da energia elétrica. Em 2015, o Educação com Energia capacitou 301 professores de escolas da Região Metropolitana de Salvador e interior do estado. Participaram das ações na unidade móvel educativa 7.345 estudantes. • Por meio do Projeto Educação com Energia, a Coelba também mantém o Centro de Visitação no Estádio de Pituacu e o Museu da Energia, ambos em Salvador. Nestes locais, a empresa difunde os conceitos básicos do combate ao desperdício de energia elétrica junto às instituições de ensino com o objetivo de despertar nos visitantes o hábito do uso eficiente da energia e a preservação dos recursos naturais. Também são difundidos os conceitos de energia renováveis, expondo a tecnologia utilizada para estudantes e visitantes interessados em aprender sobre a geração solar fotovoltaica e apresentando, na prática, uma usina geradora. O Centro de Visitação da Usina Solar do Estádio de Pituacu e o Museu da Energia receberam, respectivamente, 4.066 e 12.229 visitantes em 2015. • A Coelba também reafirmou em 2015 a parceria com o Akatu, uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha para a conscientização e a mobilização da sociedade para o consumo consciente. **Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento:** Em 2015, os investimentos em projetos do Programa de P&D da Coelba totalizaram aproximadamente R\$ 6,2 milhões. Cinco temas estratégicos de P&D nortearam a prospeção e o desenvolvimento de novos projetos: Smart Grid, Qualidade, Segurança, Perdas e Sustentabilidade. Dezenove novas propostas de projetos foram prospectadas e avaliadas em um workshop

corporativo interno. Destacam-se os seguintes resultados obtidos: • Projeto "Produção Lote Pioneiro de Sensor Inteligente", cujo produto, um sensor inteligente para localização de defeitos em linhas de distribuição com comunicação remota para o centro de operação da concessionária, já está homologado no Grupo Neoenergia, contando com 237 unidades instaladas na Coelba. Foi assinado contrato de transferência de tecnologia com o fabricante e o produto já está sendo comercializado com outras empresas do setor elétrico. Esse projeto deu origem à solicitação de dois pedidos de patente e três pedidos de registro de programa de computador (software). • Projeto Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira, que, em 2015, teve um desembolso de R\$ 1.16 milhão, e já tem como produtos uma Usina Solar de 1 MW e uma estação solarimétrica. • Em 2015, foi, também, definida a empresa que fará a construção do laboratório de referência para certificação de componentes dos sistemas fotovoltaicos, no Parque Tecnológico de Salvador. A construção se iniciará em 2016. • Foram desenvolvidas várias iniciativas, para divulgar o tema P&D: revisão do conteúdo do Programa de P&D no "site" da Coelba, com padronização extensiva ao Grupo Neoenergia, Publicação da Revista P&D e de Eficiência Energética, divulgação de matéria sobre P&D na revista Ligação, exposições dos produtos tecnológicos do P&D em eventos, tais como o CITENEL, Agenda Bahia e a 7ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. **Meio Ambiente:** Em linha com a Política Integrada de Gestão e a Política de Sustentabilidade do Grupo Neoenergia, a Coelba realiza diversas ações e programas, objetivando a preservação do meio ambiente e a minimização dos impactos, dentre os quais destacamos: **Arborização Urbana (Juazeiro)** – Em 2015, a Coelba deu continuidade à parceria com a organização não governamental Instituto Marí, com o objetivo de elaborar e implantar o Projeto Piloto de Arborização Urbana, no município de Juazeiro. O viveiro de produção de mudas de espécies nativas do bioma Caatinga foi construído na área da Coelba de Juazeiro e a produção das mudas foi iniciada. A coleta de sementes acontece constantemente, em virtude da disponibilidade das espécies estarem floridas no campo. A área piloto escolhida para o plantio das mudas foi o bairro Cajueiro e o plantio está previsto para ser realizado ao longo de 2016. As ações deste projeto irão definir diretrizes técnicas para um planejamento adequado da arborização urbana, a fim de evitar futuros conflitos com as redes elétricas, proporcionando a minimização dos serviços de poda de árvores. **Restauração de vegetação** – A distribuidora realizou a restauração da vegetação na área de influência da Linha de Distribuição – LD 69 kV Governador Mangabeira – São Roque, que possui uma extensão de 56,5 km. Como forma de compensação ambiental para a construção da linha, a Coelba restaurou sete hectares através do plantio de mudas nativas de espécies típicas da fitofisionomia de Floresta Ombrófila do bioma Mata Atlântica e do bioma Caatinga, com as mesmas características ecológicas da área suprimida. O plantio das mudas foi iniciado em maio de 2015. Ao todo, já foram plantadas 9 mil mudas de 17 espécies diferentes. **Cursos de manejo** – Foram realizados sete cursos de manejo de vegetação, cujo objetivo foi qualificar os profissionais que fazem poda em árvores. O curso foi voltado para técnicos e eletricitistas da Coelba e de suas empresas prestadoras de serviço. Foram qualificados 125 profissionais, sendo nove colaboradores próprios e 116 terceirizados. Foram abordados neste curso os seguintes temas: minimização dos impactos ambientais causados pela atividade, questões legais e de segurança, orientação e ensino sobre o uso, a operação e a manutenção de ferramentas (motopoda e motosserra) e demais equipamentos adequados para a atividade fim, além das técnicas e cortes apropriados para diminuir a rebrota dos ramos das árvores e os cuidados que o trabalhador deve ter para evitar acidentes. **Meliponicultura** – Projeto de criação racional de abelhas sem ferrão, em parceria com a Fundação Terra Mirim. Os pastos meliponícolas foram ampliados, assim como o número de enxames de abelha urucu, a quantidade de caixas distribuídas e as unidades produtivas. Essa meliorou visou ao fortalecimento dos meliponicultores para ações autônomas e cooperadas de multiplicação e manejo das colônias. Além disso, fortaleceu antigas parcerias com centros de pesquisa e redes de comércio solidário, beneficiando a possibilidade de articulação com novos parceiros. A meliponicultura é uma alternativa de grande importância para a sustentabilidade em áreas de domínio de Mata Atlântica e que, aliada ao manejo adequado e envolvimento dos pequenos produtores, pode garantir a preservação das matas nativas, da biodiversidade e proteger a abelha urucu, espécie nativa em extinção na região. **Prêmios e Reconhecimentos: Prêmio ABT**, realizado pelo IBMR - Instituto Brasileiro de Marketing de Relacionamento, que tem como objetivos identificar, reconhecer e disseminar as melhores práticas consolidadas por profissionais que buscam a Excelência no Relacionamento com o Cliente. A concessionária foi vencedora na categoria Campanha de Comunicação Externa, com o *case* "Fazer gato é sofrendo". A campanha foi veiculada em julho de 2015 com o objetivo de redução das perdas de energia. **Selo Empresa Irmã das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID)**, O Selo Empresa Irmã é destinado às organizações que adotam "atitudes irmãs" para ajudar a instituição. As iniciativas da Coelba com a OSID incluíram o patrocínio do filme *Irmã Dulce*, longa-metragem que conta a trajetória da freira baiana que dedicou a vida aos pobres e doentes. A distribuidora baiana também investiu cerca de R\$ 440 mil para fornecer e instalar gratuitamente um novo sistema de aquecimento de água, a partir do aproveitamento solar térmico, para unidades da instituição. O projeto foi desenvolvido pela área de Eficiência Energética e contemplou o Hospital Santo Antônio, o Centro Geriátrico, o Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência e o Hospital da Criança, representando uma economia significativa no consumo de energia elétrica da OSID.

9. GESTÃO DE PESSOAS

Como uma organização desde sempre comprometida com a vida, o Grupo Neoenergia baseia seu planejamento na missão de ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Com uma série de ações, nas áreas de treinamento, desenvolvimento e comunicação, que serão detalhadas adiante, investimos constantemente no aprimoramento profissional e pessoal das equipes, e em 2015, fomos reconhecidos como uma das melhores empresas para iniciar a carreira, por pesquisa realizada pela revista *Você S/A*. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time seja mais eficiente e engajado, maximizando os resultados operacionais e financeiros da organização. **9.1. Valor Segurança:** Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo. Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos. Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores: • sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras; • não negociem a segurança; • busquem constantemente a meta de zerar acidentes; • estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior; • promovam o Diálogo Diário de Segurança (DDS) – contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho. **Jornada Comportamento Seguro:** A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança do Grupo – foi lançada com base em 5 principais pilares/ações: Diálogo de Segurança, Capacitação de Líderes, Inspeções e Observações Comportamentais pelos Líderes, Padrinho da Segurança e Diagnóstico de Saúde e Segurança. Foram criados comitês e subcomitês que deliberam, estudam, padronizam e implantam práticas de saúde e segurança nas distribuidoras e empresas de geração do Grupo. Além disso, realizamos ações de segurança para a população, como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil, palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas e divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica, campanha educativa em redes sociais. Dentro da premissa de colocar a vida acima de tudo, estimulamos ações de saúde e segurança para nossos colaboradores tais como: • academias de ginástica (dentro das instalações de algumas empresas ou convênios com academias locais); • clubes de corrida; • massagem terapêutica; • feiras de saúde e qualidade de vida;

• campanhas e palestras educativas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Como resultado desse trabalho, tivemos em 2015: • 60 mil participações em atividades de Qualidade de Vida (shiatsu, academia, ginástica laboral, clube de corrida etc.); • 5.500 colaboradores vacinados; • Quase 15 mil observações comportamentais/inspeções de liderança; • 6 mil diálogos de segurança: Em 2015, realizamos também etapa nacional dos Jogos Internos Neoenergia com as modalidades: atletismo, natação, futebol, vôlei e dominô, incentivando a integração através de boas práticas do esporte. Além das práticas esportivas, os colaboradores participam também de uma atividade chamada Rodéio. Nesta prova, os eletricitistas simulam o trabalho diário, numa disputa que visa valorizar as melhores práticas, seguindo as normas técnicas regulamentadoras e de segurança, ao executarem o trabalho dentro do tempo estabelecido. **9.2. Comunicação Interna:** Entendemos que a comunicação é um dos grandes fatores de sucesso de uma instituição. Assim, a Comunicação Interna do Grupo Neoenergia tem a missão de desenvolver ações que contribuam para a solidez do negócio e estimulem o engajamento das pessoas. A área visa também fortalecer a cultura e melhoria do clima organizacional, gerando um maior senso de pertencimento e orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Para isso, além do desenvolvimento de informativos, campanhas e eventos, enfatizamos o envolvimento direto dos líderes do nosso Grupo como principal canal de comunicação com os colaboradores, gerando a proximidade e o diálogo permanente. Os líderes desempenham, então, um papel importante na melhoria do clima da organização. Essa estratégia tem surtido bons resultados. Prova disso foi a classificação da Cosern como uma das melhores empresas para se trabalhar no país em duas importantes pesquisas de ambiente corporativo do Brasil: Great Place to Work (GPTW) e Melhores Empresas da revista *Você S/A*. A empresa foi eleita inclusive a revelação do ano, por ter obtido a melhor avaliação entre as estreantes nessa lista da *Você S/A*. Vale ressaltar que apenas a Cosern foi inscrita nas pesquisas, pois o Grupo decidiu fazer um exercício inicial com uma de nossas empresas, visando entender a metodologia e processo. Junto a isso, fomos reconhecidos como Grupo como uma das melhores empresas para começar a carreira, também pela revista *Você S/A*. Esses reconhecimentos obtidos em 2015 confirmam que as ações estão no caminho certo na construção de um ambiente de trabalho inspirador. **9.3. Capacitação e Desenvolvimento:** Visando manter um processo permanente de desenvolvimento, conciliando a integração das ações com os objetivos da Organização, realizamos treinamentos direcionados para o desenvolvimento contínuo das competências funcionais dos colaboradores. Entre esses projetos destacamos o "Meu Momento", que dá suporte aos colaboradores que estão se preparando para a pós-graduação, o programa de estágio, preparando os futuros profissionais e o PGD – Programa de Gestão de Desempenho – para trabalharmos alinhados aos objetivos organizacionais. Além desses projetos, em 2015, foi realizada a internalização dos processos de recrutamento e seleção da empresa, visando a redução de investimentos na contratação de consultorias especializadas e propiciar a uniformização dos processos para todas as empresas do Grupo. Estruturamos ao logo do ano uma trilha de formação de coordenadores e eletricitistas com foco no aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos operacionais. Também na linha de desenvolvimento, investimos em mais cursos de *#deaprender liderança* - um ambiente de colaboração e aprendizagem que traz conteúdos premium para os executivos, especialistas e instituições renomadas, como a Harvard Business Publishing, selecionados de acordo com as competências consideradas mais relevantes pelos líderes do Grupo Neoenergia. E para garantir a sustentabilidade de nossa liderança, anualmente temos o programa de assessment que visa identificar profissionais internos com potencial para ocupar posições de liderança, fortalecendo nosso processo de sucessão e promovendo a retenção dos talentos.

10. OUTROS DESTAQUES

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor’s – S&P baixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida. A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA. Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P baixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa. Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'. É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter. O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
Neoenergia	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
Itapebi (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
Termopernambuco (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
NC Energia (Rating de Emissão)						AA	A+

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviços	2015	% em relação a auditoria
Auditoria das Demonstrações Contábeis (Inclui revisões trimestrais e tradução)	584.000	100%
Outros serviços de Auditoria:		
Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios (DVA)	6.400	1%
Auditoria das Demonstrações Regulatórias (CRA)	12.800	2%
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP)	12.800	2%
Revisão das Projeções do Fluxo de Caixa	8.500	1%
Total Geral	624.500	

12. AGRADECIMENTOS

A COELBA agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2015 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

Salvador, 23 de fevereiro de 2016

A Administração

1 - BASE DE CÁLCULO	2015				2014 (Reclassificado)			
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Receita Líquida (RL)	6.818.841				5.637.286			
Resultado Operacional (RO)	848.405				863.744			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	288.151				275.964			
Valor Adicionado Total (VAT)	6.828.217				3.622.011			

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
	Alimentação	18.992	6,59%	0,28%	0,28%	17.253	6,25%	0,31%
Encargos sociais compulsórios	73.315	25,44%	1,08%	1,07%	69.589	25,22%	1,23%	1,92%
Previdência privada	-6.092	-2,11%	-0,09%	-0,09%	11.227	4,07%	0,20%	0,31%
Saúde	41.544	14,42	0,61%	0,61%	33.876	12,28%	0,60%	0,94%
Segurança e saúde no trabalho	5.164	1,79%	0,08%	0,08%	2.775	1,01%	0,05%	0,08%
Educação	742	0,26%	0,01%	0,01%	699	0,25%	0,01%	0,02%
Cultura	1	0,00%	0,00%	0,00%	40	0,01%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.063	1,06%	0,04%	0,04%	3.127	1,13%	0,06%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	2.608	0,91%	0,04%	0,04%	1.059	0,38%	0,02%	0,03%
Esporte	91	0,03%	0,00%	0,00%	61	0,02%	0,00%	0,00%
Transporte	460	0,16%	0,01%	0,01%	659	0,24%	0,01%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	22.187	7,70%	0,33%	0,32%	35.481	12,86%	0,63%	0,98%
Outros	3.391	1,18%	0,05%	0,05%	4.862	1,76%	0,09%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	165.466	57,42%	2,43%	2,42%	180.709	65,48%	3,21%	5,01%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
	Educação	431	0,05%	0,01%	0,01%	509	0,06%	0,01%
Cultura	27.292	3,22%	0,40%	0,40%	27.608	3,20%	0,49%	0,76%
Saúde e Saneamento	803	0,09%	0,01%	0,01%	1.404	0,16%	0,02%	0,04%
Esporte	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	120	0,01%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	373.969	44,08%	5,48%	5,48%	307.291	35,58%	5,45%	8,48%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	24.323	2,87%	0,36%	0,36%	34.256	3,97%	0,61%	0,95%
Outros	949	0,11%	0,01%	0,01%	649	0,08%	0,01%	0,02%
Total das Contribuições para a Sociedade	427.767	50,42%	6,27%	6,26%	371.837	43,05%	6,60%	10,27%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.346.312	276,56%	34,41%	34,36%	1.694.469	196,18%	30,06%	46,78%
Total - Indicadores sociais externos	2.774.079	326,98%	40,68%	40,63%	2.066.306	239,23%	36,85%	57,05%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
	Investimentos relacionados com a operação da empresa	68.709	8,10%	1,01%	1,01%	40.244	4,66%	0,71%
Investimento em programas e/ou projetos externos	24.315	2,87%	0,36%	0,36%	27.451	3,18%	0,49%	0,76%
Total dos investimentos em meio ambiente	93.024	10,96%	1,36%	1,36%	67.695	7,84%	1,20%	1,87%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade			4				283	
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente			23				245	
Passivos e contingências ambientais.			0				0	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:			() Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 51 a 75% (X) Cumpre de 76 a 100%				() Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 51 a 75% (x) Cumpre de 76 a 100%	

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2015				2014			
	Nº de empregados(as) ao final do período				2.623			</

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	2015	2014		Notas	2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	959.661	206.588	Fornecedores	12	1.060.081	706.540
Contas a receber de clientes e outros	6	1.284.801	1.056.561	Empréstimos e financiamentos	13	901.644	323.226
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	65.459	350.987	Salários e encargos a pagar	14	74.747	58.922
Impostos e contribuições a recuperar	7	124.364	164.700	Taxas regulamentares	15	101.393	15.085
Entidade de previdência privada	26	8.019	-	Impostos e contribuições a recolher	16	157.209	124.000
Outros ativos circulantes		110.412	106.908	Dividendos e juros sobre capital próprio	19	8.543	221.168
Total do circulante		2.552.716	1.885.744	Provisões	17	69.004	25.545
				Obrigações de beneficiários de aposentadoria	26	22.419	16.305
				Outros passivos circulantes	18	257.535	197.123
				Total do circulante		2.652.575	1.687.914
Não circulante				Passivo e patrimônio líquido			
Contas a receber de clientes e outros	6	33.311	59.411	Circulante			
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	112.605	129.377	Fornecedores	12	36.398	43.100
Impostos e contribuições a recuperar	7	54.748	56.018	Empréstimos e financiamentos	13	3.314.151	3.284.301
Impostos e contribuições diferidos	9	247.441	307.440	Taxas regulamentares	15	25.239	16.053
Depósitos judiciais	10	347.587	285.045	Impostos e contribuições a recolher	16	4.842	4.316
Entidade de previdência privada	26	17.015	6.440	Provisões	17	191.125	192.680
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	2.514.452	2.008.433	Obrigações de beneficiários de aposentadoria	26	333.375	298.617
Outros ativos não circulantes		11.243	13.767	Outros passivos não circulantes	18	25.943	20.446
Intangível	11.2	3.761.922	3.583.117	Total do não circulante		3.931.073	3.859.513
Total do não circulante		7.100.324	6.449.048	Patrimônio líquido	19	542.163	542.163
Ativo total		9.653.040	8.334.792	Capital social		698.050	698.050
				Reservas de lucros		1.869.463	1.569.851
				Outros resultados abrangentes		(40.284)	(22.699)
				Total patrimônio líquido		3.069.392	2.787.385
				Passivo e patrimônio líquido total		9.653.040	8.334.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital				Reserva de Lucros						Total do Patrimônio Líquido	
	Capital Social	Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas	Outros Resultados Abrangentes		Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reclassificado)	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	339.954	27.793	1.089	21.721	-	2.492.289
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.115	-	-	1.115
Resultado das obrigações de beneficiários pós-emprego (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.420)	-	(44.420)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	459.267	459.267
Destinações do lucro:												
Reserva de Incentivo Fiscal Sudene (nota 19)	-	-	-	-	63.621	-	-	-	-	-	(63.621)	-
Juros sobre capital próprio (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.886)	(120.886)
Reserva Retenção de Lucros (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	274.760	-	-	(274.760)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reclassificado)	542.163	18.569	339.052	340.429	816.707	108.433	614.714	27.793	2.204	(22.699)	-	2.787.385
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	153
Resultado das obrigações de beneficiários pós-emprego (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.585)	-	(17.585)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	386.295	386.295
Destinações do lucro:												
Reserva de Incentivo Fiscal Sudene	-	-	-	-	38.951	-	-	-	-	-	(38.951)	-
Juros sobre capital próprio (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.636)	(38.636)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.565)	(41.565)
JSCP a distribuir - Complemento 25% mínimos obrigatórios (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.635)	(6.635)
Reserva de lucros (nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	260.508	-	-	(260.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	855.658	108.433	875.222	27.793	2.357	(40.284)	-	3.069.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Receitas			Participação nos resultados	22.187	35.481
Vendas brutas de energia, serviços e outros	10.075.550	7.624.646	Administradores	7.388	7.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(72.980)	(44.668)	Encerramento de ordem em curso	1.581	2.013
	10.002.570	7.579.978	(-) Transferência para ordens	(59.567)	(57.534)
			Outros	231	-
Insuamos Adquiridos de Terceiros			Subtotal	284.848	287.845
Energia elétrica comprada para revenda*	(3.719.285)	(3.054.319)	Impostos, Taxas e Contribuições	40.187	37.111
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(476.597)	(119.841)	INSS (sobre folha de pagamento)	1.738.526	1.269.185
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(1.374.066)	(1.163.234)	ICMS	1.738.526	1.269.185
	(5.569.948)	(4.337.394)	PIS/COFINS sobre faturamento	467.437	356.632
			Imposto de renda e contribuição social	127.059	53.004
Valor Adicionado Bruto	4.432.623	3.242.584	Obrigações intra-setoriais	702.783	79.494
Amortização *	(336.669)	(326.555)	Outros	13.290	15.647
Valor Adicionado Líquido	4.095.954	2.916.029	Subtotal	3.089.282	1.811.073
Valor Adicionado Recebido Em Transferência			Remuneração de Capitais de Terceiros		
Receitas financeiras	2.732.263	705.983	Juros e variações cambiais	3.061.000	1.057.456
	2.732.263	705.983	Aluguéis*	6.792	6.371
Valor Adicionado Total a Distribuir	6.828.217	3.622.012	Subtotal	3.067.792	1.063.827
Distribuição do Valor Adicionado			Remuneração de Capitais Próprios		
Pessoal			Juros sobre capital próprio	38.636	120.886
Remunerações	150.417	145.195	Dividendos distribuídos	48.200	-
Encargos sociais (exceto INSS)	34.139	34.144	Dividendos propostos	260.508	-
Entidade de previdência privada	(6.092)	11.225	Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	38.951	63.621
Auxílio alimentação	18.442	17.254	Reserva de retenção de lucros	-	274.760
Convênio assistencial e outros benefícios	11.067	9.947	Subtotal	386.295	459.267
Despesas com desligamento	24.296	12.629	Valor Adicionado Total Distribuído	6.828.217	3.622.012
Provisão para férias e 13º salário	45.690	39.171			
Plano de saúde	22.459	21.273			
Indenizações trabalhistas	12.610	10.010			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Naranhíba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que alterou a natureza dos ativos e passivos regulatórios, tornando-os instrumentos financeiros. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Companhia em 04/02/2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o cálculo dos ativos e passivos atuais dos benefícios pós-emprego, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, ativos e passivos financeiros setoriais, além de outros créditos realizáveis por caixa. – Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. – São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. – Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. – Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifesto intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, este ativo não é avaliado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. – Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, este ativo não é mensurado a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado. Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge. **2.4 Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Reapresentação de saldos comparativos:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 12 de fevereiro de 2015 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido. A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

	2014	Ref. Reclassificações	2014		2014	Ref. Reclassificações	2014
Demonstração do resultado							
Receita líquida	5.544.191	(a.1) / (c)	93.095	5.637.286	(Reclassificado)		
Custo dos serviços	(4.101.088)	(a.2)	(53.285)	(4.154.373)			
Receitas financeiras	799.078		(93.095)	705.983			
Despesas financeiras	(1.110.741)		53.285	(1.057.456)			
Lucro líquido do exercício	459.267		-	459.267			
Demonstração do fluxo de caixa							
Caixa oriundo das atividades operacionais	139.747	(b)	(45.176)	94.571	(Reclassificado)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(922.479)	(b)	45.387	(877.092)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	416.067	(2.11)	415.856	-			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(366.665)		-	(366.665)			
Demonstração do valor adicionado							
Valor adicionado líquido	2.876.219		39.810	2.916.029	(Reclassificado)		
Valor adicionado recebido em transferência	799.078	(a.1) / (c)	(93.095)	705.983			
Valor adicionado total a distribuir	3.675.297		(53.285)	3.622.012			
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal	287.845		-	287.845			
Impostos, taxas e contribuições	1.811.073		-	1.811.073			
Remuneração de capitais de terceiros	1.117.112	(a.2)	(53.285)	1.063.827			
Remuneração de capitais próprios	459.267		-	459.267			
Valor adicionado total distribuído	3.675.297		(53.285)	3.622.012			

A natureza das principais reclassificações realizadas encontram-se descritas a seguir: (a) Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico MCSE, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, foram realizadas reclassificações para fins da manutenção da comparabilidade entre o resultado financeiro e operacional relativas a: (i) receita de multas por infração do consumidor no montante de R\$ 47.158; (2) e despesas com multas/perdas regulatórias, no montante de R\$ 42.362; (b) Correção dos efeitos dos juros capitalizados sobre obras em andamento sem efeito caixa no montante de R\$ 45.176, antes apresentados nos grupos dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimento. (c) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que: (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital); (ii) Investir em infraestrutura é a atividade preciosa de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”; (iv) Análises elaboradas por especialista externo demonstraram que certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, sofreram distorções importantes quando computados com base na prática contábil adotada anteriormente; (v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCP 05 – Contrato de Concessão. O impacto desse assento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é uma reclassificação de R\$ 45.937 da receita financeira para o resultado operacional.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2015		2014	
Consumidores	(a)	1.437.788	1.136.874	
Terceiros		1.437.704	1.136.866	
Partes relacionadas		84	8	
Títulos a receber de terceiros		4.956	6.040	
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	14.830	
Disponibilização do sistema de distribuição		21.453	17.114	
Terceiros		20.694	16.536	
Partes relacionadas		759	578	
Serviços prestados a terceiros		11.688	10.797	
Serviços taxados e administrativos		8.675	8.675	
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	133.039	205.513	
Outros créditos de terceiros		23.288	42.868	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(336.387)	(326.739)	
Total		1.318.112	1.115.972	
Circulante		1.284.801	1.056.561	
Não circulante		33.311	59.411	

	Saldo vencidos			Total	PCLD
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2015		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	264.614	145.300	163.047	572.961	
Residencial	106.898	10.976	13.663	131.537	
Industrial	180.124	35.788	39.829	255.741	
Comercial, serviços e outras	58.774	15.549	19.224	93.547	
Rural	610.410	207.613	235.763	1.053.786	
2015	472.395	(214.571)	199.195		
2014	101.915	(12.973)	12.776		
2015	185.407	(42.992)	40.950		
2014	67.857	(18.610)	22.946		

	Saldo vencidos			Total	PCLD
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2015		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	6.967	5.089	786	12.842	
Federal	11.428	5.623	1.772	18.823	
Estadual	15.101	7.894	1.120	25.115	
Municipal	34.496	18.606	3.678	56.780	
Iluminação pública	32.101	9.696	3.998	45.795	
Serviço público	29.977	4.547	5.305	39.829	
Fornecimento não faturado	241.598	-	241.598	191.156	
Total	948.582	240.462	248.744	1.437.788	
Circulante	1.412.503	-	1.085.018	(296.714)	
Não circulante	25.285	-	51.856	-	

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis. (b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e do registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada a incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. (c) **Subvenções:** (c.1) Baixa Renda – Tarifa Social: O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.122 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 37.266 (R\$ 55.246 em 31 de dezembro de 2014). (c.2) CDE: O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença. Em 14 de abril de 2015, foi emitida a resolução homologatória nº 1.878/2015 aprovando o valor mensal de R\$ 22.426 a ser repassado pela Eletrobras durante o período de abril de 2015 a março de 2016. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 95.773 (R\$ 150.266 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 24.891 referentes ao período tarifário anterior e R\$ 70.882 referente aos meses de abril a dezembro de 2015. (d) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - "PCLD":** A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recuperação, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

	Comercialização de energia na CCEE		Outros créditos		Total
	Títulos a receber	2015	2014	2015	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(265.983)	(1.443)	(14.829)	(28.961)	(311.216)
Adições	(139.509)	(205)	-	(3.910)	(143.624)
Reversões	99.194	148	-	3.438	102.780
Baixados a reserva	25.321	-	-	25.321	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(280.977)	(1.500)	(14.829)	(29.433)	(326.739)
Adições	(109.348)	(390)	-	(2.194)	(111.932)
Reversões	30.378	423	-	8.250	39.051
Baixados a reserva	63.233	-	-	63.233	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(296.714)	(1.467)	(14.829)	(23.377)	(336.387)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2015		2014	
Circulante	(a)	20.429	31.252	
Imposto de renda - IR	(a)	5.615	16.482	
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(b)	55.613	63.882	
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(c)	7.801	9.611	
Programa de integração social - PIS	(c)	32.764	41.308	
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	2.142	2.165	
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		124.364	164.700	
Não circulante		52.335	53.605	
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	2.413	2.413	
Recuperação fiscal - REFFIS		54.748	56.018	
Total		179.112	220.718	

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referida a serviços prestados. (b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma: b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 96.861 (R\$ 100.754 em 31 de dezembro de 2014). b.2) Dividendos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 11.087 (R\$ 16.732 em 31 de dezembro de 2014). (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 40.565 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 50.919 em 31 de dezembro de 2014).

8. VALORES A RECEBER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL adotou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporárias, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

	2015			2014		
	Ativo Circulante	Não Circulante	Total	Ativo Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
Revisão Tarifária	-	-	(25.723)	-	-	(25.723)
CVA e Neutralidade						
Energia	196.876	107.224	304.100	-	-	304.100
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	33.555	11.185	44.740	(59.878)	-	(59.878)
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	(12.702)	(3.177)	(15.879)	(15.879)
Sobrecontratação	-	-	(149.541)	(20.766)	(170.307)	(170.307)
Outras CVA's	65.881	15.461	81.342	(195)	-	(195)
Componentes Financeiros e Subsídios						
Energia Eletrolucra	4.961	-	4.961	-	-	4.961
Exposição Financeira	14.443	2.494	16.937	-	-	16.937
Outros componentes financeiros	757	184	941	(2.975)	-	(2.975)
Total	316.473	136.548	453.021	(251.014)	(234.943)	(274.957)

	2014			2015		
	Ativo Circulante	Não Circulante	Total	Ativo Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
Revisão Tarifária	-	-	(39.687)	-	-	(39.687)
CVA e Neutralidade						
Energia	558.029	170.684	728.713	-	-	728.713
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	(159.460)	(51.345)	(210.805)	(210.805)
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	(8.831)	(1.351)	(10.182)	(10.182)
Sobrecontratação	10.786	-	10.786	(66.304)	(22.101)	(88.405)
Outras CVA's	46.032	13.148	59.180	-	-	59.180
Componentes Financeiros e Subsídios						
Desconto Tarifa Autoprodutores	148	-	148	-	-	148
Energia Eletrolucra	4.154	16.187	20.341	-	-	20.341
Exposição Financeira	12.688	4.229	16.917	(3.374)	-	(3.374)
Outros componentes financeiros	1.546	143	1.689	(4.740)	(217)	(4.957)
Total	633.383	204.391	837.774	(282.396)	(75.014)	(357.410)

(a) **Parcela "A":** A conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA tem o propósito de registrar as variações de custos relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais e são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC. (b) **CVA e neutralidade:** • **Neutralidade dos encargos sociais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa. • **Sobrecontratação:** O Decreto nº 7.945 determina que no repasse entre os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2015		2014	
Saldos em 01 de janeiro de		480.364		466.991
Constituição		(137.023)		(224.650)
Amortização		59.373		692
Remuneração financeira setorial		178.064		178.064
Saldos em 31 de dezembro de		480.364		480.364

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	2015		2014	
Imposto de renda e contribuição social	(a)	107.345	150.705	
Diferido ativo		285.142	245.250	
Diferido passivo		(177.797)	(94.545)	
Benefício fiscal do ágio e reversão PMPL	(b)	140.096	156.735	
Total		247.441	307.440	

(a) **Imposto de renda e contribuição social diferido:** O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado a alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	2015		2014	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Diferenças temporárias	315.373	78.903	448.295	112.133
Contribuição Social		28.441	428.568	38.775
Diferenças temporárias	316.014	107.344		150.705
Total		107.344		150.705

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.607	58.607	44.538	44.538
Provisão para passivo atuarial	354.126	354.126	312.695	312.695
Provisão contingências	242.650	242.650	200.746	200.746
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	108.436	108.436	67.059	67.059

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Valor justo de derivativos financeiros	87	87	27.444	27.444
Outros	75.385	75.385	74.802	54.434
Total Ativo	839.291	839.291	727.284	706.916
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(444.892)	(444.892)	(200.569)	(199.928)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(67.458)	(67.458)	(64.403)	(64.403)
Outros	(115.568)	(109.265)	(14.017)	(14.017)
Total Passivo	(523.918)	(523.277)	(278.989)	(278.348)
Total Líquido	315.373	316.014	448.295	428.568

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2026	Total
Imposto de Renda	9.237	14.276	20.883	21.169	13.338	-	78.903
Contribuição Social	3.329	5.146	7.528	7.630	4.808	-	28.441
Benefício fiscal do ágio e reversão PMPL	16.018	15.365	14.505	14.118	13.351	66.740	140.097
Total	28.584	34.787	42.916	42.917	31.497	66.740	247.441

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	513.354	513.354	512.271	512.271
Amortização do ágio e reversão da PMPL	(16.639)	(16.639)	(16.683)	(16.683)
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	(85.874)	(85.874)
Juros Sobre Capital Próprio	(38.636)	(38.636)	(120.887)	(120.887)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	458.079	458.079	288.827	288.827
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	114.520	41.227	72.207	25.994

apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. **(e) Encargos Setoriais – Outros CCRBT:** Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração também o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014
Circulante		
Imposto de renda - IR	7.233	3.780
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	296	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	80.151	10.794
Programa de integração social - PIS	8.546	15.702
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	39.616	72.366
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.736	3.579
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.196	1.157
Imposto sobre serviços - ISS	284	747
Impostos e contribuições retidos na fonte	15.393	15.188
Outros	758	687
	<u>157.209</u>	<u>124.000</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.770	4.243
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	73
	<u>4.842</u>	<u>4.316</u>
Total	<u>162.051</u>	<u>128.316</u>

17. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	2015	2014
Trabalhistas		
Saldos em 31 de dezembro de	129.213	67.650
Constituição	30.356	37.412
Baixas/reversão	(39.172)	(46.586)
Atualização	31.704	26.928
Saldos em 31 de dezembro de	<u>152.101</u>	<u>85.404</u>
Civis		
Circulante	18.951	44.950
Não circulante	133.150	40.454
Fiscais		
Regulatórias	6.493	6.493
Total	<u>218.225</u>	<u>200.667</u>

Trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregatários (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 481.628 (R\$ 438.601 em 31 de dezembro de 2014) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Civis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.407.399 (R\$ 1.016.569 em 31 de dezembro de 2014) em processos civis com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m. **Fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, infrações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIN, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 925.387 (R\$773.113 em 31 de dezembro de 2014) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que estão estimados em R\$ 557.289 (R\$ 492.627 em 31 de dezembro de 2014). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **Regulatórias:**

	Valor atualizado	Expectativa de perda	Valor provisionado	2015	2014
Contingências Regulatórias					
Auto de Infração ANEEL	(a) / (b)	4.408	Provável	4.408	6.493
Multas e ações judiciais sobre RTE		83.538	Possível	-	-
Total		<u>87.946</u>		<u>4.408</u>	<u>6.493</u>

(a) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos por oscilações no sistema de distribuição de energia. O processo foi julgado pela ANEEL, tendo a Companhia efetuado depósito judicial e em julho de 2014 foi prolatada sentença procedente em parte, sendo provisionado o processo em razão da sentença. A Companhia apresentou embargos de declaração, os quais foram julgados em 30 de março de 2015, com acolhimento parcial. Em 30 de junho de 2015 foi interposta apelação, a qual permanece aguardando julgamento. Valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.753. (b) Ação ordinária interposta pela Companhia em 12 de setembro de 2011, com o objetivo de desconstituir despacho da Anel de nº. 3.421/11 visando afastar qualquer sanção ou penalidade, em razão da utilização de faturamento por média, quando da troca do sistema SAP/CCS. Apelação interposta pela Companhia, a qual permanece aguardando julgamento. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.656.

18. OUTROS PASSIVOS

	Ref	2015	2014
Consumidores	(a)	64.654	57.613
Caução em garantia	(b)	153.955	119.402
Adiantamentos recebidos	(c)	31.800	16.759
Outras		33.429	23.795
Total		<u>283.478</u>	<u>217.569</u>
Circulante			
Não circulante		25.943	20.446

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos das empresas fornecedoras de serviços. (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		A	%		
	Única	%	A	%				
Neoenergia S.A.	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.177.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	<u>109.304.516</u>	<u>100,0</u>	<u>19.557.556</u>	<u>100,0</u>	<u>59.315.266</u>	<u>100,0</u>	<u>188.177.338</u>	<u>100,0</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) as ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às ações preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Reservas de Capital:** a) **Reserva Especial de Ágio** - Reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Até 31 de dezembro de 2015, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 243.038 (R\$ 226.399 em 31 de dezembro de 2014). b) **Reserva de Incentivo Fiscal:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. O saldo da reserva de incentivo fiscalapurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei. **Reservas de Lucros:** a) **Reserva de Incentivo Fiscal** - O valor correspondente ao incentivo SUDENEapurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2020, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 38.951 (R\$ 63.621 em 31 de dezembro 2014) de incentivo fiscal SUDENE. b) **Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. c) **Reserva de Retenção de Lucros:** A Administração da Companhia está propondo "ad referendum" à Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 260.508. Conforme divulgado na nota 29, em 04 de fevereiro de 2016, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia propôs "ad referendum" à Assembleia dos Acionistas o aumento do capital social no montante de R\$ 167.709 para eliminação dos excessos das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Valor por ação			Data de
	Provento	Valor deliberado	ON	
2015				
RCA de 19 de junho 2015	JSCP	38.636	0,1990406	0,1990406
Dividendos Intermediários		41.565	0,2141330	0,2141330
RCA de 19 de junho 2015	Complemento JSCP	6.635	0,0341833	0,0341833
Estatuto da Companhia - Capítulo VI (Art.37)		86.836	-	-
2014				
RCA de 30 de dezembro 2014	JSCP	120.886	0,6227815	0,6227815

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores daqueles atribuídos às ações ordinárias. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2015	2014
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	386.295	386.295
Incentivo fiscal SUDENE	(38.951)	(38.951)
Base de cálculo do dividendo	<u>347.344</u>	<u>347.344</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>86.836</u>	<u>86.836</u>
Dividendos e Juros sobre capital próprio declarados		
Dividendos intermediários	41.565	41.565
Juros sobre capital próprio	38.636	38.636
Complemento JSCP (para complemento dos dividendos mínimos obrigatórios)	6.635	6.635
Total Bruto	<u>86.836</u>	<u>86.836</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)		
(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.	(51)	(51)

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	2015	2014
Saldos em 01 de janeiro de	221.168	114.778
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	80.201	120.886
Propostos	6.635	-
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(52)	(1.655)
Pagos no exercício	(299.256)	(11.726)
Prescritos	(153)	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de	<u>8.543</u>	<u>221.168</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia. **Outros Resultados Abrangentes:** Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2015 o montante líquido negativo de R\$ 17.585 (R\$ 44.420 negativo em 31 de dezembro de 2014).

20. RECEITA LÍQUIDA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica, é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	2015	2014
Fornecimento de energia	4.732.387	2.917.964
Receita de distribuição	4.226.982	2.501.250
Remuneração financeira wacc	505.405	416.714
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	404.205	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	4.011.660	3.502.553
Receita de distribuição	4.002.210	3.493.699
Remuneração financeira wacc	9.450	8.854
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(114.488)	479.672
Receita de construção da infraestrutura da concessão	649.990	552.095
Outras receitas	391.796	172.362
Total receita bruta	<u>10.075.550</u>	<u>7.624.646</u>
(-) Deduções da receita bruta	(3.256.709)	(1.987.360)
Total receita operacional líquida	<u>6.818.841</u>	<u>5.637.286</u>

(a) **Fornecimento de energia:** Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	2015	2014
Consumidores:		
Residencial	3.651.322	2.601.885
Industrial	1.060.123	787.971
Comercial	1.958.573	1.408.784
Rural	503.429	304.215
Poder público	343.157	258.275
Iluminação pública	260.109	174.585
Serviço público	262.969	197.493
Fornecimento não faturado	8.513	35.274
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo*	(3.833.385)	(3.365.077)
	4.214.810	2.403.405
Subvenção à tarifa social baixa renda	517.577	514.559
	<u>4.732.387</u>	<u>2.917.964</u>

(*) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos. (b) **Câmara de Comercialização de energia - CCEE:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia. (c) **Receita pela disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2015	2014
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	178.275	137.476
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo*	3.833.385	3.365.077
	<u>4.011.660</u>	<u>3.502.553</u>

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos:

	2015	2014
Parcela "A"		
Revisão Tarifária	25.723	(39.793)
CVA e Neutralidade		
Energia	(454.533)	727.103
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	212.991	(209.912)
Neutralidade dos encargos setoriais	(4.594)	(10.197)
Sobreproteção	119.859	(77.184)
Outras CVA's	10.640	59.015
Componentes Financeiros e Subsídios		
Desconto Tarifa Autoprodutores	-	150
Energia Eletronuclear	(15.381)	20.341
Exposição Financeira	1.496	13.426
Outros componentes financeiros	(10.689)	(3.277)
Total	<u>(114.488)</u>	<u>479.672</u>

(e) Outras Receitas:

	2015	2014
Renda da prestação de serviços	29.378	37.113
Arendamentos e aluguéis	38.418	27.227
Serviço taxado	13.574	12.121
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	244.323	45.937
Multa por inadimplência	62.240	47.157
Outras receitas	3.863	2.807
	<u>391.796</u>	<u>172.362</u>

(a) Conforme mencionado na nota 11, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPm entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária. (f) **Deduções da Receita Bruta:**

	2015	2014
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.738.526)	(1.269.185)
PIS	(145.444)	(113.911)
COFINS	(670.070)	(525.262)
ISS	(7.511)	(6.499)
Encargos Setoriais		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(546.782)	(17.863)
Conta de Eficientização Energética - PEE	(28.839)	(21.513)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(11.536)	(8.605)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(5.769)	(4.303)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(11.536)	(8.605)
Encargos do Consumidor - PROINFRA	(10.434)	(11.614)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(80.263)	-
Total	<u>(3.256.709)</u>	<u>(1.987.360)</u>

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

	2015	2014
(a) Custo de Energia Elétrica:		
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(2.237.279)	(2.150.123)
Energia adquirida contrato bilateral	(771.435)	(721.949)
Contratos por quota de garantia física	(281.883)	(249.897)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(99.996)	(100.213)
Energia curto prazo - PLD	(250.666)	(512.728)
PROINFRA	(86.580)	(87.944)
Ressarcimento de energia	31.027	93.514

Valor Justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015		2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.496.176	1.496.176	1.596.336	1.596.336
Contas a receber de clientes e outros	1.318.112	1.318.112	1.115.972	1.115.972
Valores a Receber da parcela A e outros itens financeiros	178.064	178.064	480.364	480.364
Mantidos até o vencimento	1.455	1.455	4.827	4.827
Títulos e valores mobiliários	1.455	1.455	4.827	4.827
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	963.208	963.208	210.044	210.044
Caixa e equivalentes de caixa	959.661	959.661	206.588	206.588
Títulos e valores mobiliários	3.547	3.547	3.456	3.456
Disponível para venda	2.514.452	2.514.452	2.008.433	2.008.433
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.514.452	2.514.452	2.008.433	2.008.433

Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	3.404.284	3.404.284	3.356.474	3.356.474
Fornecedores	1.096.479	1.096.479	749.640	749.640
Empréstimos e financiamentos	2.307.805	2.307.805	2.606.834	2.606.834
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.907.990	1.907.990	1.000.693	1.000.693
Empréstimos e financiamentos	2.878.757	2.878.757	1.204.803	1.204.803
Derivativos	(970.767)	(970.767)	(204.110)	(204.110)

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluído os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada exercício, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap adotando como taxa de desconto a taxa que zera o fluxo da ponta passiva no dia da contratação do swap. A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.
Hierarquia de Valor Justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:
• **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
• **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluído no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
• **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	2.514.452	2.514.452
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	959.661	-	-	959.661
Títulos e valores mobiliários	3.547	-	-	3.547
Passivos				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	-	2.878.757	-	2.878.757
Derivativos	-	(970.767)	-	(970.767)
	<u>963.208</u>	<u>1.907.990</u>	<u>2.514.452</u>	<u>5.385.650</u>

Fatores de Risco:
• **Riscos financeiros** – Risco de variação cambial: A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de dezembro de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 711.883 (R\$ 30.341, resultado positivo em 31 de dezembro de 2014). A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Moeda	Risco	R\$ Mil				
			Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3.9048	2.630.887	(56.820)	(71.025)	(85.230)
Swap Ponta Ativa em Dólar			3.9048	2.627.254	(63.887)	79.859	95.830
Exposição Líquida					<u>7.067</u>	<u>8.834</u>	<u>10.600</u>

	Moeda	Risco	R\$ Mil				
			Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Euro	Euro(E)	Alta do Euro	4.2511	321.178	(5.251)	(6.564)	(7.877)
Swap Ponta Ativa em Euro			4.2511	318.833	6.133	7.666	9.199
Exposição Líquida					<u>882</u>	<u>1.102</u>	<u>1.322</u>

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. – Risco de taxas de juros e índice de preços: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexados (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 446.230 (R\$973.119 em 31 de dezembro de 2014) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

	Indexador	Risco	R\$ Mil				
			Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,23%	728.295	98.741	74.056	49.371
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	13,2%	388.417	56.933	71.167	85.400
Swap - ponta passiva	CDI	Alta do CDI	13,2%	1.909.153	246.746	307.655	368.564
Empréstimos e financiamentos	TJLP	Alta da TJLP	5,9%	886.531	71.648	84.668	97.689
Empréstimos e financiamentos	SELIC	Alta da SELIC	13,3%	149.579	24.172	29.130	34.089

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&F/BOVESPA para o exercício no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III. – Risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA** tendo examinado, em reunião desta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2015, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, e os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório da EY e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

	Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2016.		
		Antônio Augusto Pereira	Fernando Arronte (suplente)
		Fabiano Macanhã Fontes	Solange Maria Pinto Ribeiro
		Fernando Santos (suplente)	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Márcio Hamilton Ferreira - <i>Presidente</i>	Fernando Santos do Nascimento
Mario José Ruiz- Tagle Larrain - <i>Vice-Presidente</i>	Fernando Arronte Villegas
Fabiano Macanhã Fontes	Eduardo César do Loyola Reis
Solange Maria Pinto Ribeiro	Lara Cristina Ribeiro Piau Marques
Antônio Augusto Pereira.	Leila Tatiana Prazeres Costa
	Cléber da Silva Ribeiro

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 900.753 sendo R\$ 888.411 em fundos exclusivos e R\$ 12.342 em outros ativos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	2015						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa	2016	2017	2018	2019	2020

Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	5.186.562	7.082.807	1.123.373	2.041.726	3.049.486	240.824	227.141
Fornecedores	1.096.479	1.096.479	1.060.081	-	-	-	36.398

Passivos financeiros derivativos

Não designados como hedge accounting:

Bank of America	(367.447)	(525.097)	42.058	(307.639)	(259.516)	-	-
Banco de Tokyo	(84.064)	(119.962)	12.161	(75.212)	(56.911)	-	-
Títulos Externos	(172.170)	(267.717)	46.333	(120.315)	(193.735)	-	-
Citibank	(155.293)	(270.817)	37.454	36.123	(344.394)	-	-
JP Morgan	(35.255)	(61.187)	5.430	5.752	(72.369)	-	-
Itaú	(77.217)	(113.970)	22.127	(136.097)	-	-	-
BNP Paribas	(67.180)	(106.518)	27.576	31.264	(165.358)	-	-
Mizuho	(12.141)	(28.226)	14.512	15.202	(57.940)	-	-

• **Riscos operacionais** – Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias. Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. **Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos:** De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, a Contas a receber de clientes e outros. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme demonstra baixo:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Fluxo de caixa	2016	2017
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	959.661	206.588		
Títulos e valores mobiliários	3.547	3.456		
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes e outros	1.654.499	1.442.711		
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	178.064	480.364		
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	1.455	4.827		
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.514.452	2.008.433		

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade. – Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota 13). – Risco quanto à escassez de energia: O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidráulicas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em função da necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia. O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução, associada ao aumento do consumo de energia observado, aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

25. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2030	3.141.432	3.057.327	3.284.523	3.570.396	3.970.410	73.960.035

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015, e foram homologados pela ANEEL.

26. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I e II) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. **Planos de Benefícios Previdenciários:** A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - (Plano CD - FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 - (Plano BD). O Plano nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais. O Plano nº 2 - BD (benefício definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. As contribuições pagas ou provisionadas para os exercícios de 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015		2014	
	(2.271)	(1.505)	(2.015)	(8.572)
Custo do Intangível em Curso				
Despesas Operacionais	(14.286)	(10.077)		

Plano de Benefício Assistencial: A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC). **Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial:** A Companhia registra as parcelas de custos, déficits e superávits desses planos de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes. Um passivo deve ser registrado quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2015 e 2014 foram:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas. Com fundamento nas análises apresentadas e na opinião refletida no relatório dos Auditores Independentes, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.